

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

WERLEY DA COSTA CORDEIRO

**POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO DE ESTADO PARA A AMAZÔNIA A PARTIR
DO ESTADO NOVO**

PORTO ALEGRE

2015

WERLEY DA COSTA CORDEIRO

**POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO DE ESTADO PARA A AMAZÔNIA A PARTIR
DO ESTADO NOVO**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Ciências Econômicas da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Eugênio Lagemann

PORTO ALEGRE

2015

CIP - Catalogação na Publicação

Cordeiro, Werley da Costa
Políticas de desenvolvimento de Estado para a
Amazônia a partir do Estado Novo / Werley da Costa
Cordeiro. -- 2015.
62 f.

Orientador: Eugênio Lagemann.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade
de Ciências Econômicas, Curso de Ciências Econômicas,
Porto Alegre, BR-RS, 2015.

1. Desenvolvimento Regional na Amazônia. 2.
Agências de Desenvolvimento. 3. Programa de
Aceleração do Crescimento. I. Lagemann, Eugênio,
orient. II. Título.

WERLEY DA COSTA CORDEIRO

**POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO DE ESTADO PARA A AMAZÔNIA A PARTIR
DO ESTADO NOVO**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Economia.

Aprovada em: Porto Alegre, ____ de ____ de 2015.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Eugênio Lagemann – Orientador
UFRGS

Prof. Dr. Sabino Pôrto Junior
UFRGS

Prof. Dr. Pedro Cezar Dutra Fonseca
UFRGS

A Deus, pelo seu infinito amor.

À minha família, em especial aos meus pais e

aos meus irmãos Weverton e Liz Marina.

Aos meus amigos e colegas pela amizade.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço ao meu amigo e conselheiro Jesus Cristo pelo amor, pela graça e sabedoria para continuar na minha caminhada de vida.

Agradeço aos meus pais, pelo amor, pela educação e pelos valores que me ensinaram ao longo dos meus dias a ser uma pessoa melhor.

Destaco também a orientação, incentivo, ensinamentos e disposição do amigo e irmão Weverton Luis da Costa Cordeiro, pois ele foi o precursor da minha vida acadêmica no Rio Grande do Sul.

Não poderia deixar de agradecer a minha irmã Liz Marina da Costa Cordeiro pela amizade, conselhos e paciência.

Agradeço aos meus pastores e amigos da Igreja do Evangelho Quadrangular pelo amor incondicional desta grande família.

Agradeço também ao meu professor e orientador de iniciação científica Pedro Cezar Dutra Fonseca pela caminhada ao longo do curso e pela oportunidade de ter grande aprendizado sobre a academia.

Por fim, agradeço a orientação e disposição do meu orientador Eugênio Lagemann pelas inúmeras vezes que me atendeu e esclareceu minhas dúvidas ao longo dos últimos meses.

RESUMO

A partir da segunda metade do século XX, a economia brasileira experimentou sucessivos planos de desenvolvimento econômico, tais como o Plano de Metas, no governo Kubitschek; o II PND, no governo Militar; e o PAC, a partir do governo Lula II. Em que pese todos fossem projetos do Governo Federal, a maior parte dos investimentos foi direcionado para as regiões mais industrializadas do país. Dessa forma, quando os planos não tinham obras que demandavam recursos naturais da Região Norte, a alternativa para fomentar o desenvolvimento desta região foi por meio de incentivos fiscais e financeiros para a iniciativa privada. Com o intuito de identificar os resultados das políticas de desenvolvimento para a Região Norte entre 1937 a 2014, consideram-se as avaliações de tais políticas na literatura econômica. Para os anos mais recentes, estão sendo analisados os dados disponibilizados por órgãos governamentais que tratam dessa temática.

Palavras-chave: Desenvolvimento Regional. Planos de Governo . Amazônia. Planejamento regional.

ABSTRACT

Since the 1950's, the Brazilian economy has undergone successive economic development plans, such as "Plano de Metas" (Plan of Goals) during the Kubitschek government; "II Plano Nacional de Desenvolvimento" (2nd National Development Plan), during the military regime; and "Plano de Aceleração do Crescimento" (Growth Acceleration Program) in the second term of the Lula government. Although these were federal projects, the majority of investment was directed to the most industrialized regions of the country. When those plans did not contemplate infrastructure projects that required natural resources from the North Region, the option chosen to foster development in that region was to implement tax and financial incentives to the private sector. This work surveys the economic literature to investigate the results of such development policies in Northern Brazil between 1937-2014. For more recent years, statistical data about population and economic growth, made available by public agencies, are also analyzed.

Keywords: Regional development. Government plans. Amazon region. Regional planning

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Principais Rodovias Federais na Amazônia	34
Figura 2: Geração de Energia Elétrica na região norte (2007-2010).....	40
Figura 3: Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e EIA-RIMA de Aproveitamento Hidrelétricos	41
Figura 5: Geração de Energia Elétrica: em implantação e planejadas.....	42
Figura 4: Interligação e Linhas de transmissão (LT) entre estados e regiões	42
Figura 6: Transmissão de energia elétrica: grandes interligações	43
Figura 7: Distribuição geográficas das obras de logística do PAC na região norte 2007 - 2010	47
Figura 8: Distribuição das obras de logística após oito anos de PAC	48
Figura 9: IDHM Renda – Região Norte – 2010.....	52

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Exportação brasileira de borracha em toneladas (1933-1953)	24
Gráfico 2: Valores Contratados do FNO por Atividade Econômica 1S15.....	37
Gráfico 3: Exportação de Energia Elétrica do Norte para as demais regiões do País em MW médio (2001 - 2014).....	45
Gráfico 4: Soluções e práticas utilizadas para abastecimento de água em proporção de domicílios por macrorregião e Brasil, 2010	50
Gráfico 5: Domicílios conectados a rede de esgoto 2001 - 2013	51
Gráfico 6: PIB per capita* por região 1985 - 2011.....	52
Gráfico 7: Participação regional no PIB 2002 - 2012 (%)	53

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Região Norte e Brasil: Crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) - 1960-1980	28
Tabela 2: Distribuição setorial projetada das despesas de investimento em planos de desenvolvimento regional – SUDAM – 1967-1971 – %	29
Tabela 3: Opções pelos Fundos de Investimentos e/ou dos Programas* - Brasil - 1962-1985 (%)	30
Tabela 4: Distribuição espacial do investimento projetado, com base nos projetos aprovados até meados de 1976 - SUDAM - %.....	31
Tabela 5: Programa Orçamentário para Amazônia Legal: Exercício 2014.....	36
Tabela 6: Previsão de Investimento Regional em Infraestrutura 2007-2010.....	39
Tabela 7: Potência projetada para as regiões do Brasil antes e depois de 2010	41
Tabela 8: Capacidade Instalada por Estado (2015)	44
Tabela 9: Tarifas Residenciais Vigentes (2015-2016).....	45
Tabela 10: Previsão de Investimentos Regional em Transportes 2007-2010 (R\$ bilhões).....	47
Tabela 11: Previsão dos investimentos por região em obras sociais e urbanas PAC 2007-2010 (R\$ bilhões).....	50

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BASA – Banco da Amazônia

BCB – Banco de Crédito da Borracha

BNDES – Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social

CAETA – Comissão Administrativa do Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia.

FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador

FDA – Fundo de Desenvolvimento da Amazônia

FINAM – Fundo de Investimento da Amazônia

FINOR – Fundo de Investimentos do Nordeste

FISSET – Fundo de Investimentos Setoriais

FMM – Fundo da Marinha Mercante

FNE – Fundo Constitucional do Nordeste

FNO – Fundo Constitucional do Norte

FCO – Fundo Constitucional do Centro-Oeste

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PED – Plano Econômico de Desenvolvimento

PIM – Polo Industrial de Manaus

PIN – Programa de Integração Nacional

PND – Plano Nacional de Desenvolvimento

POLOAMAZÔNIA - Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia

PROTERRA – Programa de Redistribuição da Terra

SPVEA – Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia

SEMTA – Serviço Especial da Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia

SUDAM – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia

SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

OGU – Orçamento Geral da União

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	O PAPEL DO PLANEJAMENTO DO ESTADO NA AMAZÔNIA	15
2.1	Estado Novo	15
2.2	Plano de Metas	16
2.3	Plano Trienal	17
2.4	Governo Militar	18
2.4.1	Plano Econômico de Desenvolvimento	18
2.4.2	I Plano Nacional de Desenvolvimento	19
2.4.3	II Plano Nacional de Desenvolvimento	21
3	PONTO DE INFLEXÃO NO PLANEJAMENTO ECONÔMICO REGIONAL	23
3.1	Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia	24
3.3	Mineração, Energia e Transporte	32
3.4	Fundos Constitucionais de Financiamento	34
4	PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO	38
4.1	Infraestrutura	39
4.1.1	Infraestrutura Energética	39
4.1.2	Infraestrutura Logística	46
4.1.3	Infraestrutura Social e Urbana; Considerações Sobre PIB per capita e Renda	49
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	54
	REFERÊNCIAS	56

1 INTRODUÇÃO

A Amazônia brasileira apresenta uma das maiores biodiversidades do planeta, sendo considerada a mais importante floresta tropical do mundo. Sua riqueza mineral, energética e extensão territorial torna-a centro de interesses da política e da economia mundial. Do ponto de vista nacional, entretanto, a região amazônica passa a ser alvo das políticas do Estado brasileiro a partir dos ciclos econômicos ocasionados pela extração e exportação da borracha. Nesse sentido, o alvo das políticas foi no sentido de ocupar, defender, controlar e extrair os recursos do território. Estas políticas, por sua vez, têm início no planejamento estratégico no governo de Getúlio Vargas com a “Marcha para o Oeste”¹.

O discurso para o modelo de crescimento da Região Norte do país esteve pautada no tema da integração ao restante do Brasil. O território pouco explorado e concentrado apenas na dinâmica das metrópoles regionais, Belém e Manaus, passou a ter, principalmente a partir do segundo ciclo da borracha, uma estratégia de integração e crescimento. A criação de leis como a definição da Amazônia Legal, a celebração de acordos comerciais com os Estados Unidos, a criação de bancos regionais para o setor gomífero e agências de desenvolvimento como a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) constituíram-se, de fato, no começo de um amplo arcabouço institucional devidamente direcionado para o crescimento econômico da Região Norte do Brasil.

Com o decorrer do tempo, especialmente no governo JK e Militar, o debate a respeito do avanço nacional sobre a Amazônia continuou nos moldes anteriores – avanço militar para defender as fronteiras, colonização pelos migrantes nordestinos e criação de novas agências como a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) –, porém com a adição de novas estratégias tais como a construção de rodovias, interligando o país de Norte a Sul (Belém-Brasília) e Leste a Oeste (Transamazônica), construção de grandes empreendimentos energéticos e implantação de polos industriais no interior da floresta à base de incentivos fiscais.

¹ (FERREIRA, 1999)

O imenso espaço territorial amazônico, considerado como região problema, passa a ser uma nova fronteira de ocupação através da criação de latifúndios às margens das rodovias, avanço da exploração madeireira, abertura de pastagens e avanço da fronteira agrícola. Diante da importância estratégica que a Amazônia tem, torna-se pertinente questionar qual tipo de desenvolvimento que foi proposto e implementado na região pelo Estado brasileiro. A hipótese levantada é de que as políticas até então visaram tão somente à colonização, implantação de indústrias de bens tradicionais e exploração dos recursos naturais para atender demandas exógenas à região com base em incentivos governamentais.

Este trabalho, portanto, revisa as principais contribuições em termos de instituições e obras criadas para desenvolvimento amazônico no período entre o segundo governo de Getúlio Vargas e o principal programa de crescimento econômico criado na primeira dos anos 2000 – Programa de Aceleração do Crescimento (PAC); demonstrando que as políticas para a região permanecem constantes; ou seja, ausência de um planejamento devidamente pensado para o desenvolvimento sustentável² da Amazônia como um todo. Cabe ressaltar que a análise histórico-descritiva realizada ao longo dos capítulos foi efetivada pelo emprego de uma revisão literária, em especial de relatórios de planos e programas econômicos, discursos e também de indicadores econômicos, de tal modo que permitisse a identificação do padrão de desenvolvimento adotado para a região ao longo das últimas décadas.

Dessa forma, o objetivo geral do trabalho é analisar as políticas de desenvolvimento de Estado para a Amazônia a partir do Estado Novo, com o aprofundamento em: a) descrever as diversas fases do planejamento governamental para a Região Norte; b) analisar as propostas das agências de desenvolvimento do governo federal para essa região; c) avaliar o significado das obras do PAC para o desenvolvimento da região amazônica.

Para atingir os propósitos desta monografia, a forma com a qual foi desenvolvida traçou uma sequência temporal das principais ações do Estado brasileiro como principal agente no fomento ao desenvolvimento regional.

²O desenvolvimento sustentável não é um estágio final a ser alcançado – é um processo de mudança, continuamente aperfeiçoado, envolvendo a dimensão social, ambiental, econômica e política. (BERTHA, 2011)

Além desta introdução, a seção 2 apresenta as principais intenções do planejamento estatal através dos diversos programas de governo. A terceira seção foca no que foi proposto pelas agências de desenvolvimento e fundos constitucionais criados especificamente para a Região Norte. No capítulo quatro, as principais obras propostas implementadas pelo PAC são analisadas, além da apresentação de alguns indicadores econômicos. Finalmente, nas considerações finais, faz-se um arremate geral sobre as consequências das políticas adotadas pelo Estado brasileiro e suas implicações.

2 O PAPEL DO PLANEJAMENTO DO ESTADO NA AMAZÔNIA

A política do Estado brasileiro para a Amazônia, ao longo do tempo, foi a de ocupá-la através de processos migratórios e exportar as riquezas da região. A ocupação e a colonização, de fato, representaram estratégias geopolíticas do Estado: a partir do final do século XIX, ocorreu a “transumância amazônica”³, com a migração de mão de obra nordestina para a exploração de borracha; em 1933, iniciou-se a migração japonesa para implantar a agroindústria; e em 1970, o processo migratório de “homens sem terra para terras sem homens”⁴. Por outro lado, políticas de extração e exportação de recursos naturais e de “industrialização” representaram concessões, incentivos fiscais e creditícios, favorecimento de oligarquias, ocupação desordenada e danos ambientais para a região que não levaram a melhorias significativas⁵.

Percebe-se que, em vários momentos na história brasileira, governos distintos tiveram soluções parecidas para enfrentar problemas de ordem econômica e geopolítica na Região Norte do País. Porém, é a partir do Estado Novo que o interesse pela Amazônia começa a expandir-se com o planejamento do Estado.

2.1 Estado Novo

Em meados do século XX houve uma mudança na variável dinâmica da economia brasileira; ou seja, houve um “ponto de inflexão” na economia que causou a crise do sistema agroexportador. Do ponto de vista territorial, ocorreu uma reorientação dos interesses nacionais, visto que os governos anteriores a 1930 desconheciam os espaços naturais e suas riquezas, principalmente as regiões amazônicas inexploradas (FERREIRA, 1999). Conforme o discurso de Vargas, nota-se a preocupação com a Amazônia no pronunciamento em 1º de maio de 1941:

[...] Não é possível mantermos a anomalia tão perigosa como a de existirem camponeses sem gleba própria, num país onde os vales férteis como a Amazônia, permanecem incultos e despovoados de rebanhos, extensas pastagens, como as de Goiaz *[sic]* e Mato Grosso. É necessário à riqueza

³ Termo cunhado por Furtado (2007) que foi muito crítico com essa política do Estado brasileiro. Por um lado, os imigrantes europeus tinham boas condições quando chegaram ao Brasil. Por outro lado, os migrantes nordestinos chegavam endividados para trabalharem nos seringais.

⁴ Frase de Médici para resolver dois problemas com uma “solução”. (SKIDMORE, 1991)

⁵ Ver Figura 9: IDHM Renda – Região Norte – 2010, p. 52.

pública que o nível de prosperidade da população rural aumente para absorver a crescente produção industrial; é imprescindível elevar a capacidade aquisitiva de todos os brasileiros, o que pode ser feito aumentando-se o rendimento do trabalho agrícola (VARGAS, 1941⁶ *apud* FERREIRA, 1999, p. 38).

Nesse sentido, houve a preocupação de Vargas com a ocupação efetiva e exploração adequada dos recursos da região Amazônica. O grande território brasileiro se valoriza e a Amazônia se torna objeto de planejamento governamental (BECKER, 2009).

Os “espaços vazios” precisavam ser preenchidos como parte da política nacional de Getúlio da “Marcha para o Oeste” em busca do fortalecimento da unidade nacional. O Exército brasileiro, na figura do general Golbery do Couto e Silva, com a Escola Superior de Guerra teve um papel importante no sentido de ocupar a Amazônia (BECKER, 2011). No plano de desenvolvimento regional, nesse período, temos a criação da SPVEA - Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia – e a definição, em 1953, da Amazônia legal⁷.

2.2 Plano de Metas

O avanço no desbravamento da região amazônica continuou através do Programa (Plano) de Metas, no governo de Juscelino Kubitschek (JK) (1956-1961). O plano tinha um ambicioso conjunto de objetivos setoriais: “[...] Destacam-se, nesse sentido, o programa de exploração que se concentra nas áreas mais conhecidas geologicamente como o médio Amazonas [...]” e “A função de integração política e econômica já exercida pela aviação entre nós, e a função de pioneira na conquista da Amazônia são bastante conhecidas.” (BRASIL, 1956, p.7; 19).

A exploração da borracha na Amazônia, por outro lado, já não atendia à grande demanda nacional, de modo que o Plano de Metas via como inviável continuar a exploração dos seringais, propondo uma solução alternativa, tal como “[...] fabricação de borracha partindo de subprodutos do petróleo na refinaria do Distrito Federal, assim

⁶ VARGAS. 1941 op cit. v. VIII. p. 261.

⁷ Atualmente, a Amazônia Legal corresponde à área dos Estados da Região Norte (Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins), acrescidos da totalidade do Estado de Mato Grosso e dos municípios do Estado do Maranhão situados a oeste do meridiano 44° O. (IBGE, 2015)

como se analisa a possibilidade de utilizar álcool industrial como base para a produção de borracha.” (BRASIL, 1956, p.35).

O governo JK priorizou, juntamente com a construção de Brasília, a construção de rodovias que fizessem a integração física nacional. A Amazônia, de fato, permanecia desconectada do restante do território nacional. Dessa forma, a construção da rodovia Belém–Brasília iria em direção à integração do Norte do País. Sobre a construção da rodovia, JK afirmava:

[...] agora estamos enfrentando os grandes inimigos do Brasil, sobretudo as distâncias. Estamos enfrentando as florestas, os rios caudalosos (...). Esta estrada Brasília - Belém que breve inauguraremos já cortou a floresta amazônica, revelando ao mundo regiões desconhecidas e misteriosas, onde seres humanos vivem desconhecidos totalmente para a humanidade (...). Esta estrada que vem de Belém ligando a Amazônia a Brasília e que se estenderá a Porto Alegre pelas outras estradas que estamos construindo para o sul, vai construir a espinha dorsal do Brasil e será, sem dúvida, o eixo monumental do Brasil de amanhã [...] (Folha de Goiás, 21/04/60 *apud* BORGES, 2002, p. 100).

A política desenvolvimentista de JK começava a transformar a estrutura logística na integração nacional viária do país. A construção da rodovia Belém–Brasília decorreu da ação política deste presidente. A emergente indústria automobilística brasileira de origem multinacional necessitava da abertura de novas e modernas estradas de rodagem que possibilitassem o aumento da venda de carros e caminhões. Ou seja, o novo padrão de acumulação implantado no país, baseado na indústria de bens de consumo duráveis, necessitava da ampliação do mercado nacional para a realização interna do valor e da acumulação ampliada do capital (BORGES, 2002).

O projeto da grande rodovia seguiu a experiência da construção de Brasília e tornou-se uma bandeira ideológica do nacional-desenvolvimentismo do Governo JK. Parcialmente construída e formalmente inaugurada no final dos anos 50, a rodovia Belém–Brasília seria concluída e consolidada como via de penetração na Amazônia somente uma década depois (BORGES, 2002).

2.3 Plano Trienal

No final de 1962, foi lançado o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social, elaborado por Celso Furtado. Nesse conturbado período político e econômico, o presidente João Goulart (1961-1964) tinha como objetivo o crescimento econômico e a

estabilidade monetária, visto que o Brasil enfrentava queda do PIB e o aumento da inflação⁸.

Do ponto de vista regional, o Plano Trienal reconheceu as grandes disparidades regionais que existiam no País; todavia, este Plano visualizou apenas o Nordeste como região a ser atendida com investimentos do BNDE, da Petrobrás e da SUDENE. A disparidade observada no Plano era entre o Nordeste e o Centro-Sul do País.

Ao contrário do Plano de Metas, e buscando alívio cambial, o Plano Trienal pretendia continuar com as políticas de formação e ampliação dos seringais, visto que a produção de borracha sintética não era suficiente: “[...] as condições naturais do país não justificam insucessos prolongados neste campo, cabendo aos Governos Federal e Estaduais implementarem programas de formação e ampliação de seringais, principalmente em regiões economicamente atrasadas e de boas condições ecológicas”. (BRASIL, 1962, p.159).

2.4 Governo Militar

Conforme Becker (2011), implicações de ordem geopolítica interna e externa tornaram a ocupação da Amazônia uma prioridade nacional. Entre 1966 e 1985, iniciou-se o planejamento regional para a integração efetiva da região, o Estado tomando a iniciativa de um novo e ordenado ciclo de devassamento amazônico.

2.4.1 Plano Econômico de Desenvolvimento

No Plano Econômico de Desenvolvimento (PED), na presidência de Costa e Silva (1967-1969), o Governo Militar identificou a região amazônica como “área-problema”; as políticas de desenvolvimento para esta região passariam pela atuação principal da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), em substituição a SPVEA, bem como pelo estímulo de ordem fiscal e creditícia para a iniciativa privada.

⁸ O PIB estava em queda livre quando João Goulart assumiu o governo – 1961: 8,6%; 1962: 6,6%; 1963: 0,6%. A inflação (IGD-DI), por outro lado, estava em ascensão – 1961: 47,7%; 1962: 51,6%; 1963: 79,9%.

Além disso, o plano atribuía ao Banco da Amazônia (BASA) a qualidade de agente coadjuvante do desenvolvimento regional.

A diretriz da integração e ocupação do território amazônico teve expressão fundamental no problema da colonização e povoamento. A visão do plano, ao traçar estratégias conjuntas tanto para o Nordeste quanto para o Norte, era de que a SUDAM e a SUDENE atenderiam as “duas macrorregiões que representam **os maiores problemas para o País**: de um lado necessidade de ocupação territorial e de outro a necessidade de aliviar as tensões sociais. O deslocamento de investimentos privados é perfeitamente justificado em relação a essas áreas”. (grifo nosso) (BRASIL, 1968, P. 149). Paralelo a isso, o plano previa o avanço das telecomunicações para os Estados da Região Norte.

De modo geral, a receita do PED seria incentivar o fluxo migratório de nordestinos para a Amazônia e criar órgãos que fomentassem o desenvolvimento local, à base de crédito e incentivos fiscais, para estimular a iniciativa privada. Conforme Skidmore (1988), Costa e Silva afirmava que era necessário promover a integração nacional, entretanto isto não se traduziu em alocação de recursos significativos; não havia razão para desviar grandes somas para regiões como Norte e Nordeste, onde o retorno dos investimentos seria muito baixo.

2.4.2 | Plano Nacional de Desenvolvimento

O Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (1972-1974) foi um dos planos que trouxe avanço na elaboração e implementação de políticas de integração nacional, conforme Lago (1989). Foi nesse plano que se definiu formalmente uma política nacional de desenvolvimento regional. A Amazônia, no plano logístico, seria integrada com o centro-oeste através da Cuiabá-Santarém (BR-163) e no sentido Leste-Oeste através da Transamazônica. Esta última forneceria um meio pelo qual se permitiria a reorientação dos fluxos excedentes de mão de obra do Nordeste para a Amazônia, colocando em prática o programa de colonização neste governo. Este programa, entretanto, foi um fracasso (LAGO, 1989; SKIDMORE, 1988).

O avanço para o Norte através das rodovias era também uma estratégia militar, visto que há muito tempo eles receavam perder a Amazônia por falta de colonização; esta região tinha um significado geopolítico muito grande para o Exército. O problema da população no Nordeste, agravado com a grande seca de 1970, novamente seria solucionado através do processo migratório para a Amazônia (SKIDMORE, 1988).

As ferramentas para exercer as políticas de integração foram por meio de incentivos fiscais regionais, pela ação de bancos oficiais, por providências tributárias, pelas transferências da União, pela regulamentação do ICM e, ainda, por investimentos diretos do Governo (BRASIL, 1971).

2.4.3 II Plano Nacional de Desenvolvimento

O período abarcado pelo Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979) pode ser visto como aquele em que o planejamento governamental atingiu o auge de sua influência na formulação e implementação das políticas de desenvolvimento econômico e social (REZENDE, 2009). A ativa presença no Estado na economia, segundo o Plano, proporcionaria uma nova etapa no esforço de integração nacional. Nesse sentido, conforme Fonseca (2012), os investimentos proposto no II PND foram descentralizados, visto que os fatores locais eram determinantes na obtenção de matéria-prima; por outro lado, a descentralização espacial dos investimentos presente no plano também é geralmente apontada como uma forma de conseguir apoio das “oligarquias regionais”.

Percebe-se que este plano tinha grandes empreendimentos no setor de minérios e, conseqüentemente, no setor energético para a região: “[...] Complexo Mínero-Metalúrgico da Amazônia Oriental, compreendendo o esquema integrado Carajás – Itaquí (minério de ferro e siderurgia), o complexo bauxita-alumina-alumínio (Trombetas-Belém) e inúmeros outros empreendimentos associados ao aproveitamento do potencial hidroelétrico da região Araguaia-Tocantins (São Félix e Tucuruí)” (BRASIL, 1974, p.49). Além desses projetos, o II PND, através do Programa Ampliado de Energia Elétrica, previa a pesquisa do potencial hidrelétrico dos rios Xingu, Tapajós e Madeira. Por fim, o Plano também previa a conclusão do Distrito Industrial da Zona Franca de Manaus e a execução de seu Distrito Agropecuário.

Os choques do petróleo em 1974 e 1979 obrigaram o governo a ser mais seletivo na adoção de estratégias para a região amazônica. Segundo Becker (2011), procurando reduzir a despesa pública, aumentar rapidamente as exportações e desenvolver tecnologia, o planejamento passou a concentrar recursos em poucas e grandes áreas selecionadas, como foi o caso do Programa Grande Carajás (PGC), de 1980, e do Projeto Calha Norte (PCN), de 1985, último grande projeto dessa fase.

O declínio do processo de planejamento do Estado, entretanto, tornou-se visível; segundo Rezende (2009), o esgotamento das possibilidades do Estado sustentar o ritmo de investimentos registrado no período anterior, ocorreu em face do agravamento dos desequilíbrios externos e internos, juntamente com o enfraquecimento do Poder

Executivo durante o período de transição para a democracia. O III PND (1980-1985) e o I PND da Nova República cumpriram formalidades e, na prática, foram abandonados.

3 PONTO DE INFLEXÃO NO PLANEJAMENTO ECONÔMICO REGIONAL

As especiarias extraídas da floresta amazônica, ao longo do tempo, propiciaram o dinamismo econômico da Região Norte, através da exportação para outras regiões do Brasil e do mundo. Dentre essas atividades, destacam-se a extração e exportação do cacau e da borracha. A borracha, entretanto, despontou como a matéria-prima que atraiu, à época, grandes investimentos internacionais para a região⁹, pois desencadeou o “segundo surto” da borracha em 1941 e estimulou a criação de diversas instituições do Estado brasileiro para fomentar o desenvolvimento regional. Nesse contexto, especialmente a partir do Estado Novo, foi articulada uma nova política para a Amazônia, qual seja, a de colonização e exploração dos recursos naturais (FERREIRA, 1999).

Durante a Segunda Guerra Mundial, três instituições criadas pelo Estado brasileiro tiveram papel importante na colonização, abastecimento, extração e exportação da borracha da região amazônica para abastecer a indústria norte-americana, como parte dos Acordos de Washington¹⁰:

- a) o Banco de Crédito da Borracha (BCB), criado em 1942, o qual era um banco estatal brasileiro, mas com 40% de seu capital pertencente à agência governamental estadunidense *Rubber Reserve Company*, sendo um banco de fomento ao extrativismo gomífero e não de estímulo ao desenvolvimento da região em sua globalidade (MARQUES, 2013);
- b) o Serviço Especial da Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia (SEMTA), criado em 1943 e substituído depois pela Comissão Administrativa do Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia (CAETA), em 1943, tendo como tarefa o recrutamento dos soldados da borracha, com a meta de trazer 50 mil trabalhadores para a região, recebendo como pagamento US\$100 por indivíduo engajado (COSTA, 2007, p.24);

⁹ Conforme Guimarães (2010)

¹⁰ Dentro dos Decretos-leis dessas três instituições, menciona-se sua criação como parte dos Acordos de Washington: (BCB) Art. 1, Decreto-Lei nº 4.451, de 9 de Julho de 1942; (SAVA) Art. 1, Decreto-lei n. 5.044 - de 4 de dezembro de 1942; (SEMTA) Decreto-Lei nº 5.813 - de 14 de Setembro de 1943.

c) a Superintendência de Abastecimento do Vale Amazônico (SAVA), criada em 1942, encarregada de superintender o abastecimento de gêneros alimentícios e outros de primeira necessidade no vale amazônico, em face do programa da produção de borracha e outros produtos (BRASIL, 1942).

Depois que os países “aliados” retomaram o controle dos seringais do Sudeste Asiático, reduziu-se considerável e progressivamente o interesse pelo produto amazônico, como pode ser observado na diminuição das exportações de borracha (Gráfico1). A economia entrou novamente em declínio, gerando instabilidade e receios de uma crise de grandes proporções.

Gráfico 1: Exportação brasileira de borracha em toneladas (1933-1953)



Fonte: IPEADATA (2015). Elaborado pelo autor.

Este período foi importante para a Amazônia, entre outros motivos, porque criou uma estrutura institucional para intervir na economia regional, ainda que incipiente e limitada (MARQUES, 2013).

3.1 Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia

Com a queda na exportação de borracha, as pressões vindas da Região Norte por uma ação mais incisiva do Estado brasileiro era cada vez maior, mas mesmo assim não resultava em uma política de desenvolvimento específica para a região (LIRA,

2005). Em 1946, foi aprovado na Constituição Federal¹¹ o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, para o qual estariam garantidos não menos do que 3% da receita tributária da União, dos Estados e Territórios, e dos Municípios integrantes dessas regiões.

Esse Plano teve sua discussão reiniciada em 1950 com a posse do Presidente Getúlio Vargas que convocou uma Conferência Técnico Administrativa para estudar e debater assuntos relativos ao processo de desenvolvimento da Amazônia. Em sua Mensagem de 1952 ao Congresso Nacional informou da conclusão dos estudos, e da elaboração de um Projeto de Lei, que resultou na Lei nº 1.806, sancionada em 1953, que instituiu o Plano de Valorização Econômica da Amazônia e em seu art. 22, criava a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia – SPVEA (SUDAM, 2015).

Dentro de um contexto de intervenção estatal e planejamento econômico, segundo a concepção nacional-desenvolvimentista, as técnicas de programação econômica serviriam, fundamentalmente, com o objetivo de ordenar uma estratégia de industrialização que colocasse o Brasil em um novo patamar de desenvolvimento. Nesse sentido, a SPVEA foi uma inovação no planejamento brasileiro: uma instituição regional responsável por elaborar políticas de desenvolvimento de uma região envolvendo diversas unidades federativas, níveis de governo e setores da economia (MARQUES, 2013).

Paralelamente à discussão da nova Superintendência, em 1950, o Banco de Crédito da Borracha S.A. passou a denominar-se Banco de Crédito da Amazônia S.A., efetuando todas as operações bancárias relacionadas, direta ou indiretamente, com as atividades industriais comerciais e produtoras da região amazônica e às concernentes ao comércio e, também, à industrialização da borracha no território nacional. Desse modo, a movimentação do Estado brasileiro no avanço tanto no setor de crédito quanto no de planejamento indicava a mudança de perspectivas para o desenvolvimento da Amazônia.

A atuação da SPVEA começou de fato em 1953 com a elaboração do Programa de Emergência da Valorização Econômica da Amazônia (PE), partindo de uma breve caracterização da evolução econômica da região e do diagnóstico de suas deficiências,

¹¹ Artigo 199, CF 1946.

constatando negativamente a dependência externa de uma economia “puramente mercantilista” e extrativista.

Paralelamente à execução deste programa, foi elaborado o I Plano Quinquenal. Entretanto, vários foram os fatores determinantes para que a SPVEA não alcançasse êxito como modelo de planejamento do desenvolvimento regional (BRITO, 2001; DIESEL, 1999 *apud* LIRA, 2005):

- a) a insuficiência dos recursos públicos colocados à disposição do órgão para a efetivação de suas ações;
- b) a interferência de outros órgãos governamentais, tirando-lhe a autonomia para definir a sua própria estrutura organizacional e a sua forma de ação, assim como para exercer o controle e o planejamento consolidado das ações do Estado na região;
- c) a incapacidade de conciliar as intenções técnicas com os interesses políticos predominantes na região;
- d) a deficiência técnica do quadro de pessoal do órgão;
- e) a falta de critérios técnicos para balizar as ações efetivadas pelo órgão;
- f) a falta de percepção de que ainda não existiam condições concretas para se implantar uma nova ordem socioeconômica na região;
- g) a não aprovação do primeiro Plano Quinquenal;
- h) a efetiva desvinculação do processo de desenvolvimento regional à dinâmica da industrialização existente no Centro-Sul do país.

3.2 Avanço nas Superintendências: SUDAM e SUFRAMA

Um ano após o golpe militar de 1964, os discursos do presidente Castelo Branco eram baseados na promessa de conceber uma nova estratégia de integração da Região Norte ao desenvolvimento da economia brasileira, lançando já as bases do que

iria se constituir na nova forma de intervenção no desenvolvimento da região, que passou a ser conhecido como “Operação Amazônica”.

Eis o que, com o auxílio das medidas agora pleiteadas para a completa e adequada integração da Amazônia, há realizar a SUDAM. Planejada e organizada dentro de objetivos e possibilidades reais, será ela o instrumento de redenção da Amazônia, cuja riqueza deverá deixar de ser uma fábula para se tornar alguma coisa *[sic]* de palpável a serviço dos brasileiros há séculos empenhados numa terrível luta pela sobrevivência (...) com eles e para eles iremos mudar a fisionomia da Amazônia, que, a exemplo do que já ocorreu em outras regiões menos desenvolvidas, também encontrará o caminho de sua integração na economia e na prosperidade nacional *[sic]* (CASTELO BRANCO, 1968, p. 23 *apud* PONTE, 2008, p. 3).

A nova estratégia de integração constituiu-se na substituição do Banco de Crédito da Amazônia pelo Banco da Amazônia – BASA (Lei nº 5.122, de 28/09/1966), na substituição da SPEVA pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM (Lei nº 5.173, de 27/10/1966), na ampliação dos incentivos fiscais para a região (Lei nº 5.174, de 27/10/1966) e na criação da Zona Franca de Manaus (Decreto-Lei nº 288, de 28/02/67). Entretanto, “a integração mostrou-se autoritária, conservadora centralizadora no Executivo federal (com as principais decisões tomadas fora dos espaços regionais). Respondia, fundamentalmente, aos interesses principais do grande capital e da grande propriedade” (MARQUES, 2013, p. 185).

Criada sob os moldes da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), a SUDAM foi a continuação da SPVEA em termos de diagnóstico e planejamento, sendo uma nova fase do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, e tendo “como objetivo promover o desenvolvimento autossustentado da economia e do bem-estar social da região amazônica, de forma harmônica e integrada na economia nacional” (BRASIL, Lei nº 5.173, 1966, art. 3). Ao contrário da SPVEA, a SUDAM teve centenas de projetos elaborados e executados¹².

Para Nascimento e Lima (2005), as evidências verificadas no aumento do produto interno bruto da região, (Tabela 1) sugere que a implantação da SUDAM e da SUFRAMA (1967) foi decisivo no desenvolvimento da economia nortista, que passou, segundo este autor, a experimentar grandes mudanças sociais, históricas e econômicas, principalmente nas décadas de 1970 e 1980. Algumas dessas mudanças

¹² “Em um documento divulgado pela SUDAM em 1993, está assinalado que nesse período foram aprovados 1.441 projetos, dos quais 461 já estavam instalados e 748 estavam em fase de implantação; nesse período foram criados cerca de 1 milhão de novos empregos, além da construção de hospitais, escolas, agrovilas, centros comerciais, estradas, habitações, aeroportos, portos e etc.” (BRITO, 1998, p.20).

se fizeram sentir a partir da penetração do capital extrarregional na economia de alguns estados, como foi o caso dos investimentos na indústria Mínero-Metalúrgica, no Pará; no Polo Industrial de Manaus (PIM), nos segmentos eletroeletrônicos, mecânico, transportes de duas rodas, entre outros. Além disso, fora dessa lógica de acumulação, tem-se o avanço da fronteira agrícola em Rondônia, Sul do Amazonas e do Pará.

Tabela 1: Região Norte e Brasil: Crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) - 1960-1980

Região	Subperíodos				
	1960-65	1965-70	1970-75	1975-80	1970-80
Brasil	4,3	8,1	10,3	7,1	8,6
Região Norte	2,4	7,7	10,6	18,4	14,5

Fonte: FGV e SUDAM/FGV. Elaborado por Nascimento e Lima (2005)

Entretanto, este crescimento foi baseado em incentivos tais como a utilização de recursos do Fundo de Investimento da Amazônia (FINAM¹³) para financiamento de investimentos considerados estratégicos, benefícios locacionais, reduções e isenções tributárias.

Por aproximadamente duas décadas (de 1966 a 1985) esta estrutura geriu a mais sistemática política de planejamento do desenvolvimento que já ocorrera na Amazônia. Durante esse período pelo menos três planos foram elaborados. O Primeiro foi o Plano Quinquenal que teve vigência de 1967 a 1971; observando a Tabela 2, vemos a distribuição setorial projetada das despesas de investimento em planos de desenvolvimento regional pela SUDAM neste período, com planejamento de 40,5% dos investimentos totais em transportes e, em segundo lugar, a indústria com 12,6%; em seguida o I Plano de Desenvolvimento da Amazônia (PDA I) de 1972 a 1974 constituía a parte regional do I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND); e o II Plano de Desenvolvimento da Amazônia (PDA II) de 1975 - 1979 que se inscrevia no contexto do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND).

¹³ O FINAM foi criado pelo Decreto Lei nº 1.376, de 12.12.74, alterado pela Lei nº 8.167, de 16.01.91, regulamentada pelo Decreto nº 101, de 17.04.91. Complementam esses diplomas legais a Lei nº 9.808, de 20.07.99, a Lei nº 9.532, de 10.12.97, a Lei 6.404, de 15.12.76, alterada pela Lei nº 10.303, de 31.10.2001, a MP nº 2.199-14, de 24.08.2001, bem como normas emanadas do Banco Central do Brasil, da Comissão de Valores Mobiliários e do Ministério da Integração Nacional (BASA, 2015).

Tabela 2: Distribuição Setorial Projetada das Despesas de Investimento em Planos de Desenvolvimento Regional – SUDAM – 1967-1971 – %

Setores e Subsetores	I Plano Quinquenal
Extrativismo	0,1
Lavouras e Pecuária	16,4
Indústria	12,6
Abastecimento	1,4
Serviços	4,9
Desp. Gov. e Com.	1,3
Transportes	40,5
Energia	4,5
Comunicações	1,9
Recursos Naturais	2,9
Habitação	3,6
Saúde e Saneamento	5,8
Educação	2,7
Colonização	1,4
TOTAL	100

Fonte: Sudam. Elaborado por Lira (2005)

Ainda nesse contexto foram criados o Programa de Integração Nacional (PIN) que foi o responsável pela construção de 15.000 Km de estradas na região; o Programa de Redistribuição da Terra (PROTERRA); e o Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLOAMAZÔNIA) (BRITO, 1998).

Evidenciado na Tabela 3, as opções pelos Fundos de Investimentos e dos Programas teve um particionamento diferente, a partir de 1963, com 12,5% do fundo de investimento, que era destinando anteriormente para o Fundo de Investimentos do Nordeste (FINOR), passa a ser repassado para o FINAM; em 1967, foi criado o Fiset, logo passou a receber 2% do total; em 1971, 33% foi repassado para o Fundo de Investimentos Setoriais (FINOR), 14% para o FINAM, 22% para o Fiset e 30,2% para o PIN. O auge de recebimento de recursos do FINAM foi em 1969, quando atingiu 23,4% do total do Fundo de Investimento (Tabela 3).

Tabela 3: Opções pelos Fundos de Investimentos e/ou dos Programas* - Brasil - 1962-1985 (%)

Ano	FINOR	FINAM	FISSET	Subtotal	PIN	PROTERRA	FUNRES		Subtotal	Total
							EMBRAER	MOBRAL		
1962	100,0			100						100,0
1963	87,5	12,5		100						100,0
1964	92,3	7,7		100						100,0
1965	93,0	7,0		100						100,0
1966	84,3	15,7		100						100,0
1967	76,0	22,0	2,0	100						100,0
1968	64,5	22,8	12,7	100						100,0
1969	56,4	23,4	20,2	100						100,0
1970	55,0	20,4	24,6	100						100,0
1971	33,0	14,6	22,2	69,8	30,2				30,2	100,0
1972	24,5	9,0	16,5	50,0	30	20			50	100,0
1973	23,1	7,6	16,2	46,9	28,1	25			53,1	100,0
1974	23,9	9,3	16,2	49,4	30,4	20,2			50,6	100,0
1975	25,6	8,1	15,4	49,1	28,7	19,1	3,1		50,9	100,0
1976	19,7	6,6	22,7	49,0	28,5	19	3,5		51	100,0
1977	20,1	7,0	17,2	44,3	30,4	20,3	5		55,7	100,0
1978	18,5	7,4	20,4	46,3	29,2	19,4	5,1		53,7	100,0
1979	18,5	7,9	20,4	46,8	28,7	19,2	5,3		53,2	100,0
1980	19,1	8,3	19,8	47,2	28,6	19	5,2		52,8	100,0
1981	20,4	8,2	18,7	47,3	28,5	19	5,2		52,7	100,0
1982	21,9	9,2	16,2	47,3	28,5	19	5,2		52,7	100,0
1983	22,0	8,9	16,1	47,0	28,3	18,9	5,8		53	100,0
1984	23,4	8,1	14,7	46,2	28,8	19,2	5,8		53,8	100,0
1985	26,2	7,3	13,3	46,8	28,6	19	5,6		53,2	100,0

Fonte: SUDAM. Elaborado por Lira (2005). * Referência: Setembro de 1988.(Grifo nosso)

Diante desses novos programas do Governo Federal, os recursos administrado pela SUDAM em torno dos incentivos fiscais já vinha diminuindo em decorrência do surgimento de outros programas governamentais que também utilizavam a mesma fonte de recursos financeiros, conforme demonstrado na Tabela 3, os incentivos fiscais concedidos pelo Estado brasileiro (LIRA, 2005). Esses problemas se aprofundaram principalmente nos anos de 1980 e 1990, em decorrência não somente da crise fiscal e financeira do Estado brasileiro, mas também de outros fatores de ordem político-econômico, concentração espacial dos investimentos, corrupção e desvios de recursos, levando ao declínio da experiência de planejamento regional no país¹⁴.

¹⁴ Em 24 de agosto de 2001, o presidente Fernando Henrique Cardoso, na medida provisória nº. 2.157-5 e instalada pelo decreto nº 4.125, de 13 de fevereiro de 2002, criou a Agência de Desenvolvimento da Amazônia (ADA) e extinguiu a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). Em

Tabela 4: Distribuição Espacial do Investimento Projetado, com Base nos Projetos Aprovados até Meados de 1976 - SUDAM - %

Estados e Territórios	Indústria	Pecuária	Serviços
Rondônia	0,8	0,4	0,2
Acre	0,3	2,4	0,8
Amazonas	23,9	3,6	45,4
Roraima			
Pará	54,1	26,5	31,5
Amapá	2,4		15,1
Maranhão	7,8	1,5	1,8
Mato Grosso	7,9	61,2	5,1
Goiás	2,8	4,4	0,1
TOTAL	100	100	100

Fonte: IPEA/SUDAM/NAEA. Elaborado por MAHAR(1978) *apud* Lira(2005)

De qualquer forma, segundo Lira (2005), a utilização dos incentivos fiscais forneceu uma outra direção para o desenvolvimento da região, não exatamente no sentido de correção dos desequilíbrios regionais, visto que, observando a distribuição espacial do investimento projetado, com base nos projetos aprovados até meados de 1976 pela SUDAM na Tabela 4, o Pará, Amazonas e Mato Grosso concentravam a maior parte dos investimentos projetados – Pará e Amazonas absorvendo 78% dos investimentos na Indústria, Mato Grosso e Pará com 87,7% dos investimentos em Pecuária e Pará e Amazonas com 76,9% dos investimentos em Serviços. Ou seja, os investimentos projetados foram criados no sentido de aprofundar as desigualdades da região em um processo mais amplo de concentração e centralização do capital no âmbito do espaço nacional (Tabela 4). Esta integração, portanto, atuou não no sentido de corrigir as desigualdades de desenvolvimento existentes, mas sim no de reproduzir essas desigualdades, agora sob a lógica do capital, como foi o caso da Zona Franca de Manaus (ZFM).

Quanto à ZFM, do momento da sua criação até 1976, ela viveu um período de liberdade plena de importações. Depois, a partir dos Decretos-Leis nº 1.435, de 1975, e 1.455, de 1976, foram estabelecidos índices mínimos de nacionalização para produtos lá industrializados e comercializados nas demais regiões do Território Nacional, além de limites máximos globais anuais de importação. Durante essa fase, apesar das

agosto de 2003 o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, anuncia a recriação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). Com a Lei Complementar 124/07, a Sudam foi reimplantada, sendo extinta a ADA.

limitações impostas, registrou-se um acentuado crescimento do setor industrial que obteve seu melhor desempenho em 1990, quando atingiu um faturamento de US\$ 8,4 bilhões e propiciou a geração de 80.000 empregos diretos na região de influência¹⁵.

A indústria administrada pela SUFRAMA foi particularmente atingida pela abertura do mercado brasileiro às importações promovidas pelo Governo Federal, a partir de 1991. A nova política brasileira de comércio exterior – que diminuiu as vantagens comparativas entre a Zona Franca e o restante do País – e a política econômica de combate à inflação, que provocou queda na produção e desemprego, afetaram fortemente a Zona Franca, sendo que mais de 50% dos empregos gerados nos vinte anos anteriores foram extintos (BRASILEIRO, 2002).

Apesar da grande geração de emprego e renda na região, principalmente em Manaus, em estudos recentes, Cavalcante (2014) argumenta que os custos fiscais anuais das políticas de desenvolvimento regional alcançaram, em 2013, R\$ 53,8 bilhões. Esse valor, que corresponde a 1,11% do produto interno bruto (PIB) e a cerca de duas vezes o custo do Programa Bolsa Família naquele mesmo ano, resultando da soma de incentivos fiscais de R\$ 31,7 bilhões, de incentivos financeiros de R\$ 14,2 bilhões e de investimentos diretos do Governo Federal (mais do que proporcionais à participação das regiões menos desenvolvidas no PIB) de R\$ 8,0 bilhões. Mais de 55% desses custos são destinados à Região Norte, especialmente em decorrência dos incentivos fiscais concedidos às empresas instaladas na Zona Franca de Manaus.

3.3 Mineração, Energia e Transporte

A fim de fazer um levantamento dos recursos naturais, sob o Programa de Integração Nacional, o Projeto Radar na Amazônia (RADAM) procurou entre 1970 a 1985 preencher uma lacuna existente na literatura sobre levantamentos de recursos naturais no Brasil através do sensoriamento remoto. Baseado nisso, foi justamente nesses estudos que o Estado brasileiro pôde orientar os investimentos na exploração de recursos naturais, principalmente de ordem geológica, na Amazônia a partir da década de 1970. Tais estudos “conseguiram alcançar seus objetivos graças ao esforço da equipe em empreender uma exaustiva pesquisa bibliográfica, já analisando

¹⁵ Conforme nota técnica de Brasileiro (2002).

trabalhos antigos, já utilizando-se dos mais recentes resultados das pesquisas geológicas efetuadas pela PETROBRÁS na Amazônia” (BRASIL, 1974b, p.7).

Em fins dos anos setenta, o Estado brasileiro concebeu mais um órgão com funções de planejamento regional na Amazônia, que foi o Programa Grande Carajás (PGC), regulamentado pelos Decreto-lei nº 1.813, de 24 de novembro de 1980 e Decreto do Poder Executivo nº 85.387 de 24 de novembro de 1980. Conforme Lira (2005), esse Programa, com estrutura institucional governamental própria, passou a conceder também isenções fiscais, principalmente do imposto de renda, de forma similar ao que era concedido pela SUDAM, duplicando, assim, esforços e recursos financeiros semelhantes, mas viabilizando conseqüentemente a implantação de empreendimentos industriais na região.

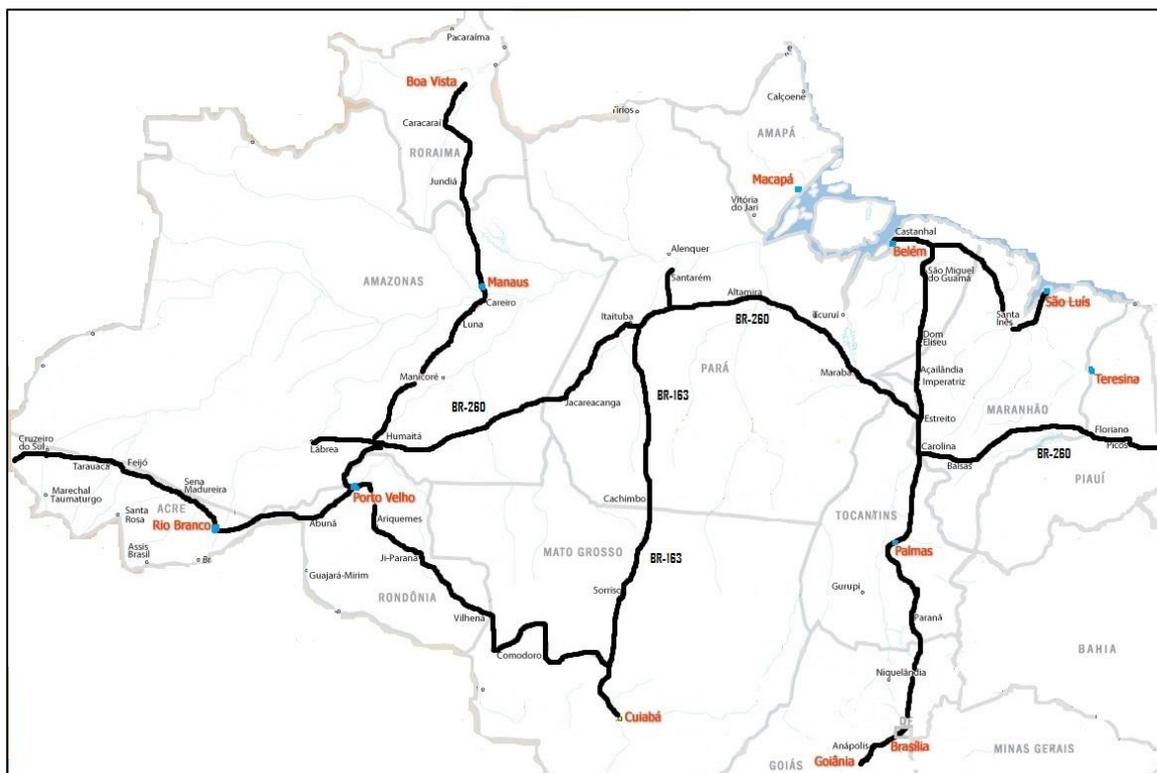
A energia elétrica como tema do planejamento regional surgiu, na Amazônia, a partir da criação da SPVEA no início dos anos 1950, porém iniciou-se propriamente na década de 1970, sob a coordenação da Eletrobrás (Centrais Elétricas Brasileiras S.A.). Em 1980, somente duas pequenas represas hidrelétricas estavam em funcionamento: Curuá-Una, perto de Santarém, e Paredão, no Amapá, no norte de Belém (JUNK; MELLO, 1990).

A partir da criação da Eletronorte, em 1973, o foco da produção de energia elétrica na Amazônia que era voltado para a dinamização da economia regional, passou a concentrar-se na produção para a exportação indireta de energia para os países centrais, através do provimento de infraestrutura energética para a indústria exportadora minero-metalúrgica e, posteriormente, para alimentar o sistema interligado nacional, com vistas à exportação de energia para outras regiões do país. Esse enfoque aparece com mais clareza nos planos setoriais de longo prazo do setor elétrico, especificamente nos Planos 2010 e 2015 – nos quais o aproveitamento hidrelétrico da Amazônia é priorizado através de grandes empreendimentos como Tucuruí II e Kararaô (Belo Monte) – e o Plano 2020 que, além dos empreendimentos hidrelétricos, insere o gás natural (Urucu) na matriz energética (regional/nacional). (LEMOS, 2004)

No plano logístico, a integração do território amazônico com as demais regiões do país (Figura 1), além da Belém–Brasília citada anteriormente, sucedeu-se através da BR-163 (Cuiabá–Santarém), na década de 1970; a abertura da BR-319

(Manaus/Porto Velho) inaugurada em 1973; a BR-230 (Transamazônica) - ligando a cidade de Cabedelo, na Paraíba à Lábrea, no Amazonas; além de outros trechos tais como a Belém–São Luís, Cuiabá–Porto Velho, Porto Velho–Manaus e Manaus–Boa Vista. Essas obras fizeram parte do Plano de Integração Nacional (PIN) que pertencia ao movimento desencadeado na época, cujo tema era “Integrar para não entregar”.

Figura 1: Principais Rodovias Federais na Amazônia



Elaborado pelo autor (2015).

3.4 Fundos Constitucionais de Financiamento

A elaboração da Constituição Federal de 1988 significou para a Região Norte mais incentivos fiscais assim como ocorreu na Constituição de 1946¹⁶. Através da criação dos Fundos Constitucionais de financiamento, no qual foi determinado que 3% das receitas da União deveriam compor um fundo financeiro com o “objetivo de contribuir para o desenvolvimento econômico e social das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, através das instituições financeiras federais de caráter regional, mediante a execução de programas de financiamento aos setores produtivos, em consonância com os respectivos planos regionais de desenvolvimento” (BRASIL, 1989). Este dispositivo constitucional foi regulamentado pela Lei 7.827, de Setembro de

¹⁶Conforme foi feito através do Plano de Valorização da Amazônia.

1989, que instituiu os Fundos Constitucionais do Norte (FNO), Nordeste (FNE) e Centro-Oeste (FCO); no caso da Região Norte, o BASA seria responsável pela aplicação do FNO.

O caráter de implantação dos Fundos Constitucionais em regiões periféricas brasileiras foi decorrente da crise do padrão de financiamento do desenvolvimento do poder público nas regiões Nordeste, Centro-Oeste e Norte. Com efeito, a crise financeira do Estado na década de 1980 debilitou muito e acentuadamente, tanto o FINOR quanto o FINAM. Conforme Moraes (2000); o FNO veio corresponder, por parte do Poder Público Central, a uma nova tentativa de se tentar emplacar na Amazônia um modelo de desenvolvimento que contemple o aspecto do desejo sustentável da sociedade regional.

Entretanto, para Ferreira e Mendes (2005), embora o crédito seja um importante instrumento de política pública para a realização de investimentos nos setores produtivos da Região Amazônica, somente a disponibilização de tais recursos creditícios aos produtores rurais não foi e não é suficiente para reduzir as desigualdades no meio rural. Estes autores também verificaram que muito embora o FNO seja um importante instrumento de política pública para a realização de investimentos nos setores produtivos da Região Amazônica, somente a disponibilização de tais recursos creditícios aos produtores rurais não foi e não é suficiente para desenvolver o setor agrícola paraense e, por conseguinte, para reduzir as desigualdades econômicas e sociais no campo (FERREIRA; MENDES, 2003). Conforme Resende *et al* (2014), tal fundo, assim como o FNE e FCO, é pouco capaz de realizar a modificação estrutural necessária para colocar as regiões Norte em um patamar de desenvolvimento compatível com o já alcançado pelo restante do país.

Sob a ótica da instituição responsável pelo fundo, de acordo com dados observados na Tabela 5, na qual verificamos o Programa Orçamentário do BASA para Amazônia Legal para o exercício de 2014, o desempenho dos financiamentos do FNO, tem sido o principal instrumento econômico-financeiro indutor do desenvolvimento sustentável da Região Norte, contribuindo significativamente para a redução das desigualdades intra e inter-regionais (BASA, 2015).

Tabela 5: Programa Orçamentário para Amazônia Legal: Exercício 2014

FONTE	PROJETADO	
	R\$ Bilhões	%
Recurso da Carteira de Fomento ¹⁷	7.212,4	78,3%
FNO	5.400,0	58,6%
FAT	40,0	0,4%
BNDES	350,0	3,8%
OGU	20,0	0,2%
FDA	500,0	5,4%
FMM	350,0	3,8%
Recursos Próprios*	552,4	6,0%
Recursos da Carteira Comercial	2.000,0	21,7%
TOTAL	9.212,4	100,0%

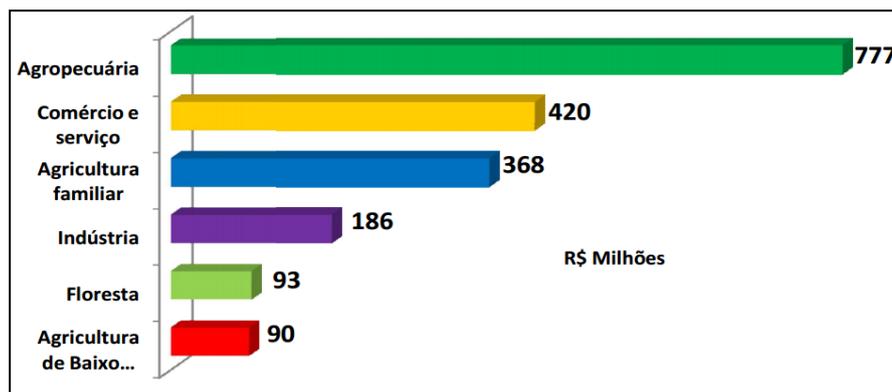
Fonte: BASA (2014) * Para aplicação exclusiva nos estados do Maranhão e Mato Grosso e pela Superintendência especial.

De fato, no exercício de 2014, foram contratadas 38.172 operações de crédito com recursos do FNO, no valor total R\$ 5.356,9 milhões. O setor rural demandou R\$ 2.567,4 milhões (47,9% do total financiado) e as atividades dos demais setores demandaram R\$ 2.789,5 milhões (52,1% do total financiado), demonstrando um equilíbrio na distribuição dos recursos do Fundo entre os setores produtivos (BASA, 2014).

No primeiro semestre de 2015, conforme Gráfico 2, as atividades econômicas que mais demandaram recursos do FNO foram agropecuária, comércio e serviços e agricultura familiar.

¹⁷ Somatório dos seguintes recursos: Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA), Fundo da Marinha Mercante (FMM), Recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e Recursos do Orçamento Geral da União (OGU).

Gráfico 2: Valores Contratados do FNO por Atividade Econômica 1S15



Fonte: BASA (2015)

Para o Banco, portanto, a concessão de créditos de fomento promove elevação da renda, dos salários, da arrecadação de tributos e do produto, tanto nas regiões onde se efetivam os investimentos, quanto naquelas com as quais são estabelecidos fluxos econômicos, através do efeito transbordamento¹⁸.

Apesar dos resultados demonstrados nos últimos três semestres pelo BASA, avaliações recentes de Resende (2014) nos anos de 2004 a 2010 e em diferentes escalas geográficas, o FNO não seja suficiente para impactar positivamente o crescimento do PIB per capita. Este autor complementa que sem a devida complementação da política de crédito do FNO com outras ações de suporte para o empreendedor local, por exemplo a assistência técnica e a infraestrutura adequada, os potenciais efeitos do FNO são limitados.

¹⁸ Em 2014, o Banco aplicou, nos nove estados da Região Amazônica, o montante de R\$ 6,1 bilhões, os quais, através de seus efeitos multiplicadores possuem potencial para incrementar em R\$ 48,9 bilhões o Valor Bruto da Produção brasileira, além de promover a expansão de R\$ 25,5 bilhões do PIB BASA(2014).

4 PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Criado em 2007, no segundo mandato do ex-presidente Lula (2007-2010), o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) promoveu a retomada do planejamento e execução de grandes obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética do país, contribuindo para o seu desenvolvimento acelerado e sustentável (BRASIL, 2015). Esta retomada do planejamento através de parceria público-privada estava dividida em cinco blocos (BRASIL, 2007a):

- a) Estímulo ao crédito e ao financiamento;
- b) Desoneração e Aperfeiçoamento do Sistema Tributário;
- c) Investimento em Infraestrutura e Gestão do PAC;
- d) Melhora do Ambiente de Investimento; e
- e) Medidas Fiscais de Longo Prazo.

A análise deste capítulo pretende focar nos investimentos em infraestrutura, especificamente no âmbito regional; ou seja, o que o programa propôs para avançar no desenvolvimento econômico da região em estudo. De fato, no discurso de lançamento do PAC, o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva destacou o seguinte:

O PAC precisa ser e será sustentado por uma ampla coalizão política de forças democráticas que defendem uma ideia de nação justa e independente. Sei que contaremos, mais uma vez, com o apoio livre e soberano do Legislativo na construção de um novo Brasil. Sei também que contaremos com a compreensão e apoio dos governadores, que de certo apoiarão o Programa, **que tem como um dos seus eixos a diminuição dos desequilíbrios regionais e que prevê obras e ações em todo o território nacional** (SILVA, 2007, grifo nosso).

Com o objetivo de fortalecer as medidas que foram adotadas, o governo também indicou em um dos relatórios enviados à imprensa no ano de lançamento do programa que “juntamente com o incentivo ao desenvolvimento regional, dado pela recriação da SUDAM e da SUDENE, proporcionarão uma melhora geral no ambiente de investimento do país” (BRASIL, 2007c).

No que diz respeito à infraestrutura, o programa tinha como objetivo, em 2007, eliminar os principais gargalos que restringiam o crescimento econômico do país, reduzir custos e aumentar a produtividade das empresas, estimular o aumento do

investimento privado e, por fim, reduzir as desigualdades regionais. Tudo isso considerando que, até então, o governo tinha condições fiscais que permitiam o investimento do Governo Federal sem comprometer a estabilidade fiscal (BRASIL, 2007b).

4.1 Infraestrutura

Neste tópico, o programa faz uma subdivisão em três áreas: Infraestrutura Energética, correspondendo à geração e transmissão de energia elétrica; produção, exploração e transporte de petróleo; gás natural e combustíveis renováveis; Infraestrutura Logística, envolvendo a construção e ampliação de rodovias, ferrovias, portos, aeroportos e hidrovias; e Infraestrutura Social Urbana, englobando saneamento, a universalização do programa Luz Para Todos, habitação, metrô, trens urbanos e infraestrutura hídrica.

4.1.1 Infraestrutura Energética

Até hoje a política energética brasileira privilegiou o atendimento da demanda de energia dos grandes consumidores industriais e das metrópoles localizadas na região Sudeste. Nessa concepção, a Amazônia é vista essencialmente como depositária de um enorme potencial de recursos energéticos, em particular a hidroeletricidade (INPA, 1996).

Tabela 6: Previsão de Investimento Regional em Infraestrutura 2007-2010

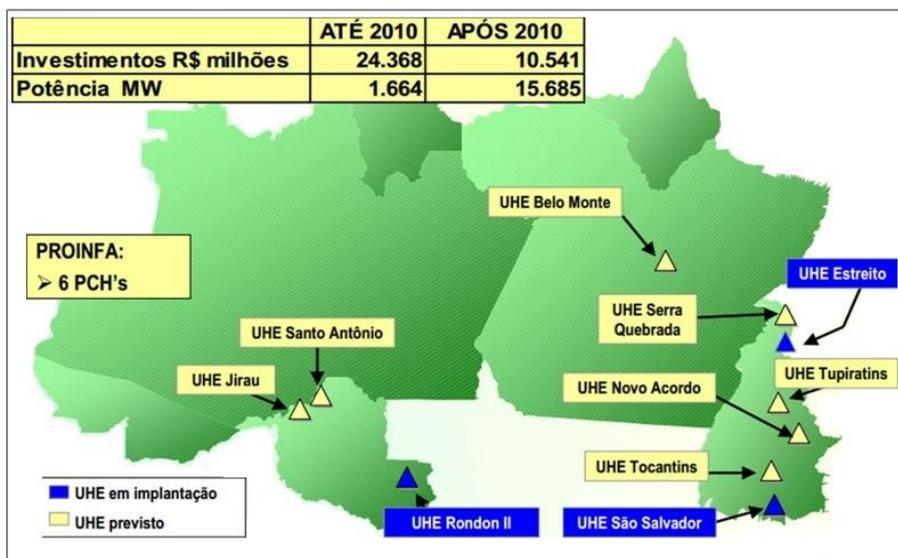
REGIÃO	LOGÍSTICA	ENERGÉTICA	SOCIAL E URBANA	TOTAL	%
Norte	6,3	32,7	11,9	50,9	10,1%
Nordeste	7,4	29,3	43,7	80,4	16,0%
Sudeste	7,9	80,8	41,8	130,5	25,9%
Sul	4,5	18,7	14,3	37,5	7,4%
Centro-Oeste	3,8	11,6	8,7	24,1	4,8%
Nacional	28,4	101,7	50,4	180,5	35,8%
TOTAL	58,3	274,8	170,8	503,9	
%	11,6%	54,5%	33,9%		

Fonte: Brasil(2007)

Conforme a Tabela 6, mais da metade do montante que foi previsto para ser investido em obras do PAC (54,5%) seria direcionado para o setor energético, gerando até 2010, 12.386 MW e, após 2010, 27.240MW (BRASIL, 2007). Neste contexto, a

Região Norte desponta como a principal fornecedora de energia através de usinas hidroelétricas (UHE) para o país. Na figura 2, observa-se a distribuição espacial dos investimentos em UHE em implantação e previstos em 2007.

Figura 2: Geração de Energia Elétrica na região norte (2007-2010)



Fonte: Brasil (2007).

Das usinas em implantação (em azul, Figura 2), à época, tínhamos a UHE de Estreito com 1.087 MW, prevista para operar em 2010; a UHE de São Salvador com 243 MW prevista para operar em 2009; e a UHE Rondon II com 73,5 MW prevista para operar em 2008. Com maior potencial energético, havia no plano as usinas previstas (em amarelo), tais como a UHE de Santo Antônio com 3.150 MW de potência; a UHE de Jirau com 3.300 MW; a UHE de Belo Monte com 5.681 MW; a UHE de Serra Quebrada com 1.328 MW; a UHE de Tupiratins com 620 MW; a UHE de Tocantins com 480 MW; a UHE de Novo Acordo com 160 MW; e, por fim, 6 Pequenas Centrais Hidrelétricas (PHC).

Além da implantação e previsão dessas usinas, o Programa também projetou estudos de viabilidade técnica, econômica, estudo de impacto ambiental (EIA) e relatório de impacto ambiental (RIMA) de aproveitamentos hidrelétricos em Belo Monte, Marabá, Tabajara, Teles Pires, Apicás, São Luiz, São João da Barra, Prainha e Cachoeira Portela (Figura 3), prevendo um aproveitamento de 25.768 MW.

Figura 3: Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e EIA-RIMA de Aproveitamento Hidrelétricos



Fonte: Brasil (2007)

Segundo o planejamento, após 2010, a região geraria 15.685MW, conforme dados apresentados na Tabela 7; isso representaria 57,2% de toda potência que seria gerada. Em termos de potência, em seguida vem a região nordeste com 14,6%, sudeste com 13,6%, região sul com 8% e centro-oeste com 6,6%.

Tabela 7: Potência projetada para as regiões do Brasil antes e depois de 2010

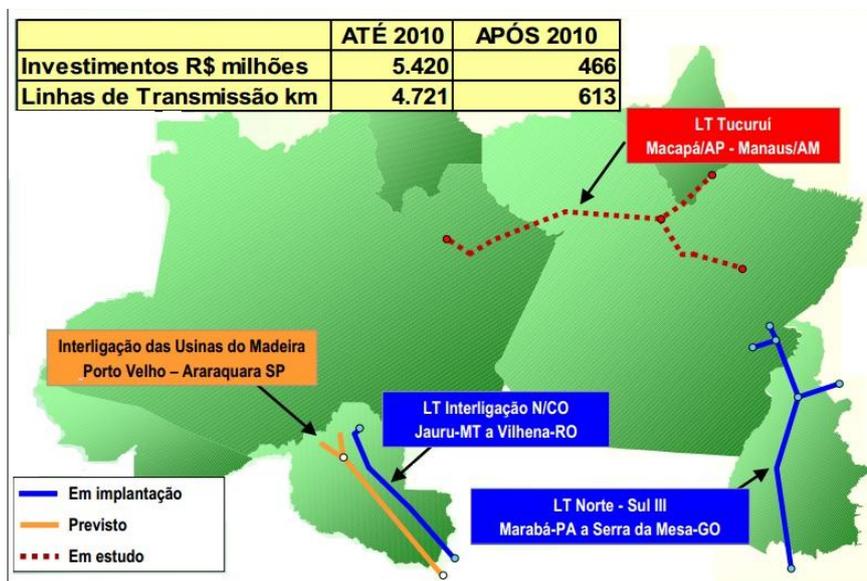
REGIÃO	POTÊNCIA (MW)		
	Até 2010	Após 2010	%
Norte	1.664	15.685	57,2%
Nordeste	2.036	4.004	14,6%
Sudeste	2.387	3.740	13,6%
Sul	4.472	2.180	8,0%
Centro-oeste	1.827	1.811	6,6%
TOTAL		27.420	

Fonte: Brasil (2007). Elaborado pelo autor.

A potência gerada na região amazônica, entretanto, não ficaria restrita ao norte. Juntamente com a ampliação da oferta energética, houve planejamento para a ampliação de linhas de distribuição entre a região para demais estados do país. Em estudo, estava a interligação Tucuruí - Manaus – Macapá; em implantação, estava a

Interligação Norte-Sul III, e a interligação Norte - Centro-oeste; e a previsão da interligação entre as usinas do Madeira a Araraquara/SP (Figura 4).

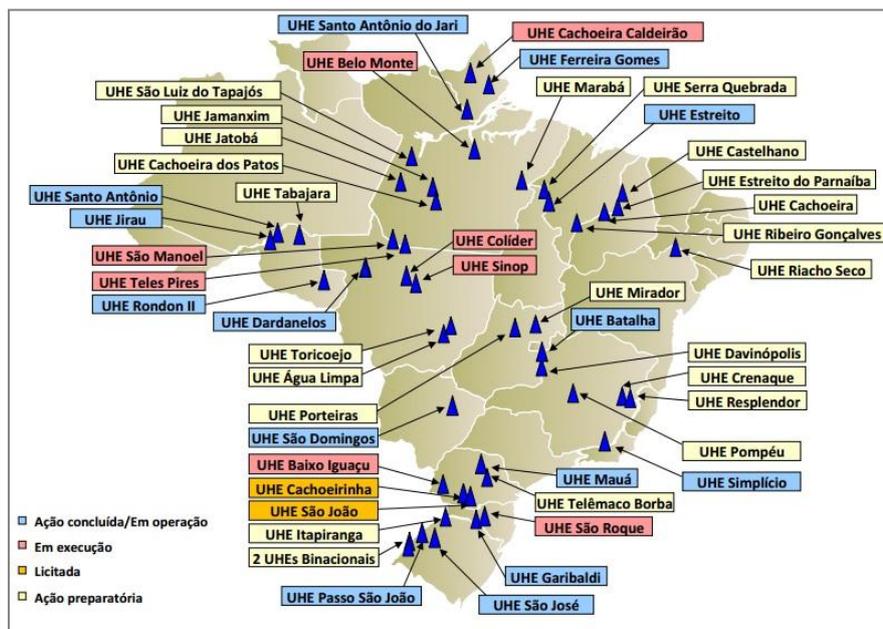
Figura 4: Interligação e Linhas de transmissão (LT) entre estados e regiões



Fonte: Brasil (2007)

Observando em um horizonte de oito anos de planejamento, incluindo o PAC 1 e o PAC 2, percebe-se que parte dos investimentos propostos, em termos de infraestrutura energética foram realizados (Figura 5).

Figura 5: Geração de Energia Elétrica: em implantação e planejadas

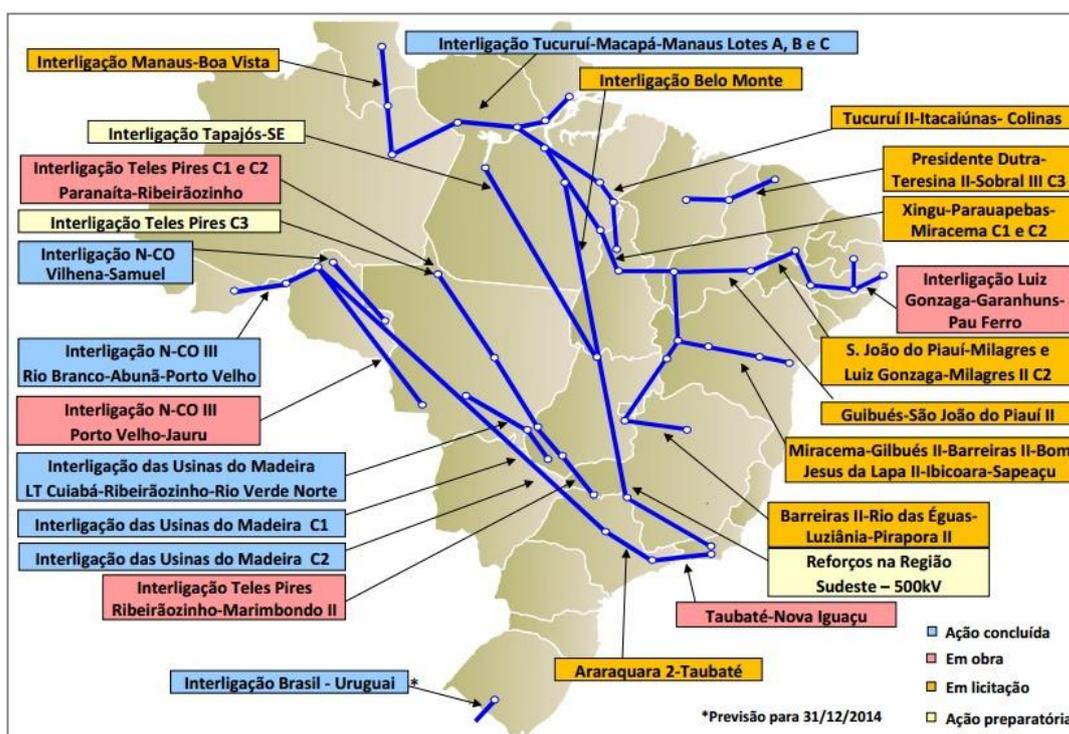


Fonte: Brasil (2014)

É o caso, por exemplo, das usinas concluídas/em operação Santo Antônio, Jirau, Estreito e Santo Antônio do Jari; das usinas em execução, tais como Belo Monte e UHE Cachoeira Caldeirão; e as UHE que estão sendo preparadas, sendo elas as de São Luiz do Tapajós, Jamanxim, Jatobá, Cachoeira dos patos e Tabajara.

Do ponto de vista de transmissão de energia (Figura 6), no mesmo horizonte de tempo (de 2007 a 2014), houve avanço nas ações concluídas.

Figura 6: Transmissão de energia elétrica: grandes interligações



Fonte: Brasil (2014)

Interligações como a Tucuruí–Macapá–Manaus e Norte–Centro-oeste, previstas no início do programa, foram concluídas. Duas outras grandes interligações que estão em fase de preparação são as de Belo Monte–Sudeste e Tapajós–Sudeste.

Frente ao aumento do consumo energético que o país enfrenta, torna-se imprescindível o aumento da oferta em uma taxa de crescimento maior que a demanda. A grande discussão que este trabalho propõe, entretanto, é que o desenvolvimento oferecido para a Região Norte do país fica aquém das expectativas da região. Quanto à infraestrutura energética, por exemplo, desde o início do Programa de Aceleração do Crescimento, a região amazônica tem sido uma espécie de fonte energética que quando não é exportada para as demais regiões do país tais como Nordeste e Centro-sul, ela é destinada em parte para grandes indústrias tais como o

polo industrial de Manaus e para o extrativismo mineral (ferro, bauxita, manganês, calcário, ouro, estanho) na Serra dos Carajás. O que a população da região enfrenta, em nome do desenvolvimento do país, são impactos ambientais, tal como mudança nas florestas e animais nativos, fluxo de rios, desmatamento, etc.; migração de trabalhadores de outras regiões para trabalhar nas hidrelétricas, causando crescimento desordenado das cidades; deslocamento de famílias de regiões atingidas por barragens. Além disso, segundo a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), o estado do Pará, por exemplo, é o 1º no norte do Brasil com maior capacidade instalada em energia e o 4º maior no país (Tabela 8), entretanto, possui uma das tarifas domésticas de kW/h mais caras do país (Tabela 9).

Tabela 8: Capacidade Instalada por Estado (2015)

Posição	UF	Capacidade Instalada (kW)
1	SP	22.821.414,64
2	PR	16.196.126,21
3	MG	15.661.413,34
4	PA	9.491.925,73
5	RS	9.146.283,58
6	RJ	8.928.820,18
7	BA	8.887.387,18
8	GO	7.374.609,11
9	RO	6.065.636,56
10	SC	4.554.246,82
11	PE	3.600.625,95
12	SE	3.288.847,40
13	CE	3.197.312,90
14	MA	3.068.605,43
15	MT	2.906.079,60

Fonte: ONS (2015). Elaborado pelo autor.

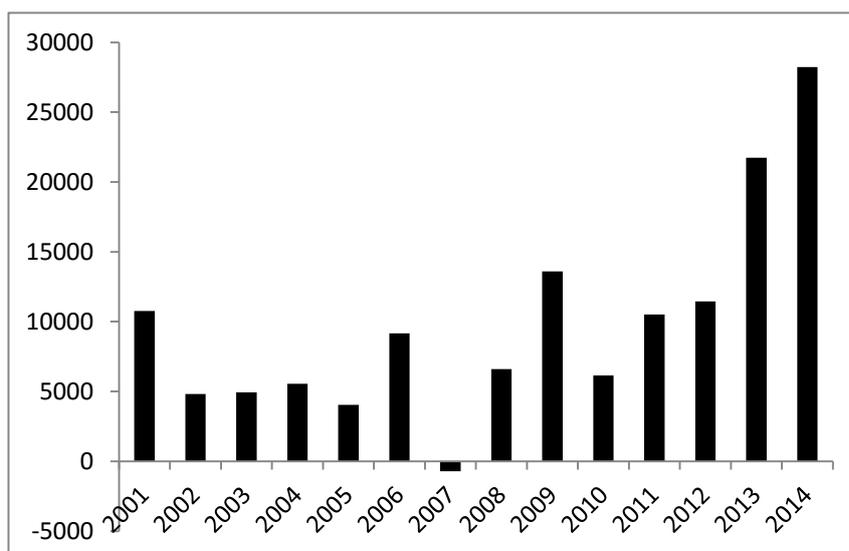
Segundo o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), para o estado paraense, está previsto para os próximos anos uma adição de 11.936.060 kW na capacidade de geração, proveniente dos dois empreendimentos atualmente em construção e mais três em construção não iniciada. Ou seja, se tudo permanecer constante, este estado será o segundo com maior capacidade de geração.

Tabela 9: Tarifas Residenciais Vigentes (2015-2016)

Posição	Concessionária	B1 - Residencial (R\$/kWh)
1	Usina Hidroelétrica Nova Palma Ltda.	0,58908
2	Companhia Hidroelétrica São Patrício	0,58191
3	Força e Luz Coronel Vivida Ltda	0,55623
4	Companhia Força e Luz do Oeste	0,55335
5	Cooperativa Aliança	0,55308
6	Hidroelétrica Panambi S.A.	0,5465
7	Light Serviços de Eletricidade S/A.	0,54346
8	Companhia Campolarguense de Energia	0,53199
9	Centrais Elétricas de Carazinho S/A.	0,52791
10	Empresa Força e Luz João Cesa Ltda	0,52755
11	Centrais Elétricas do Pará S/A.	0,52539

Fonte: ANEEL (2015). Elaborado pelo autor.

Todavia, esta grande produção energética não ficará restrita à região, como já foi destacado anteriormente, mas, como já é de costume entre as regiões (gráfico 3), haverá exportação de energia elétrica entre o Norte–Nordeste e Norte–Centro-oeste–Sudeste, explicado pelos grandes investimentos do PAC na ampliação das linhas de transmissão entre a Região Norte e o restante do país. Somente em 2014, por exemplo foram exportados em torno de 30.000 MW médio.

Gráfico 3: Exportação de Energia Elétrica do Norte para as demais regiões do País em MW médio (2001 - 2014)

Fonte: ONS (2015). Elaborado pelo autor.

O crescimento da infraestrutura energética, portanto, tem crescido para suprir demandas de outras regiões e indústrias; ou seja, energia de baixo custo para

indústrias, como a de Manaus, que sobrevive à custa de prorrogação de incentivos e subsídios fiscais¹⁹ para manter empresas e empregos que recebem e montam aparelhos eletroeletrônicos em uma ilha de “desenvolvimento” na floresta amazônica; energia de baixo custo para indústria que extrai riqueza mineral da região e exporta para outros países com baixo valor agregado; e energia que é exportada para outras regiões do país que pagam tarifas domésticas mais baratas que no estado gerador desta energia.

O desenvolvimento acelerado e sustentável proposto pelo PAC, portanto, segue nos moldes do que foi proposto à época do II PND: grandes obras foram planejadas e construídas nas diversas regiões do país, não por conta de um planejamento de integração econômica entre as regiões, mas por conta das fontes de recursos naturais que estavam dispersas pelo país e que precisavam ser destinadas para as regiões mais dinâmica do país.

4.1.2 Infraestrutura Logística

O programa de planejamento em logística do PAC deu prosseguimento ao que já estava sendo implantando na Amazônia, ou seja, aproveitar as rodovias criadas com o intuito de pavimentá-las e formar eixos de transporte e de infraestrutura ao longo e em torno dos quais se concentram investimentos públicos e privados. De acordo com o Programa, estava previsto um total de R\$ 6,2 bilhões de reais em investimentos em transportes para a região (Tabela 10).

¹⁹ No ano de 2014, o Congresso Nacional promulgou a Emenda Constitucional 83/2014, que prorroga os incentivos fiscais especiais do projeto Zona Franca de Manaus (ZFM) até o ano de 2073. A emenda cria, efetivamente, o artigo 92-A no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição Federal, acrescentando 50 anos ao prazo fixado no dispositivo, segundo o qual a vigência dos benefícios se encerraria em 2023. Esta é a quarta prorrogação do modelo da Zona Franca, o qual foi instituído por meio do Decreto-Lei nº 288, de 1967. A primeira prorrogação se deu em 1986, através do Artigo 1º do Decreto 92.560, que estendeu por 10 anos o prazo que valeria até o ano de 1997. Com a promulgação da Constituição Federal, em 1988, a Zona Franca de Manaus teve novamente seu prazo modificado, desta vez por meio do artigo 40 do ADCT, o qual estabeleceu a validade dos incentivos fiscais por 25 anos (até 2013).

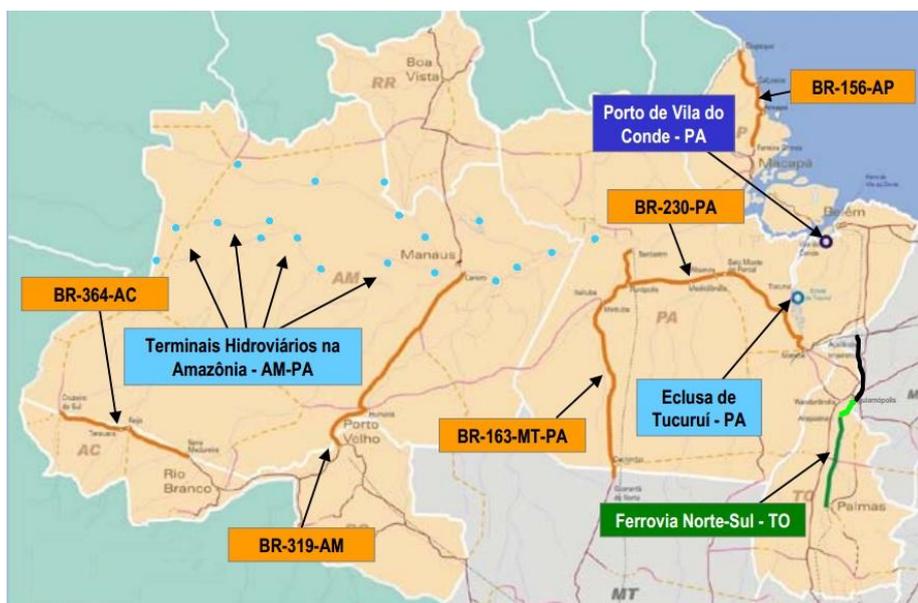
Tabela 10: Previsão de Investimentos Regional em Transportes 2007-2010 (R\$ bilhões)

REGIÃO	LOGÍSTICA
Norte	6,3
Nordeste	7,4
Sudeste	7,9
Sul	4,5
Centro-Oeste	3,8
Nacional	28,4
TOTAL	58,3

Fonte: Brasil (2007). Elaborado pelo autor. *Obras em mais de uma região.

Tais investimentos seriam na construção e pavimentação Sena Madureira–Feijó–Cruzeiro do Sul (BR-364-AC), restauração, melhoramentos e pavimentação Manaus/AM–Porto Velho/RO (BR-319-AM), pavimentação Guarantã do Norte/MT–Rurópolis/PA–Santarém/PA, incluindo o acesso a Miritituba/PA (BR-230-PA), pavimentação Marabá–Altamira–Medicilândia–Rurópolis (BR-230-PA), pavimentação Ferreira Gomes–Oiapoque (BR-156-AP), construção da Ferrovia Norte–Sul: Araguaína–Palmas/TO, ampliação do Porto de Vila do Conde/PA, construção das eclusas de Tucuruí/PA e construção de Terminais Hidroviários no Amazonas e no Pará, conforme mostra o mapa abaixo (Figura 7):

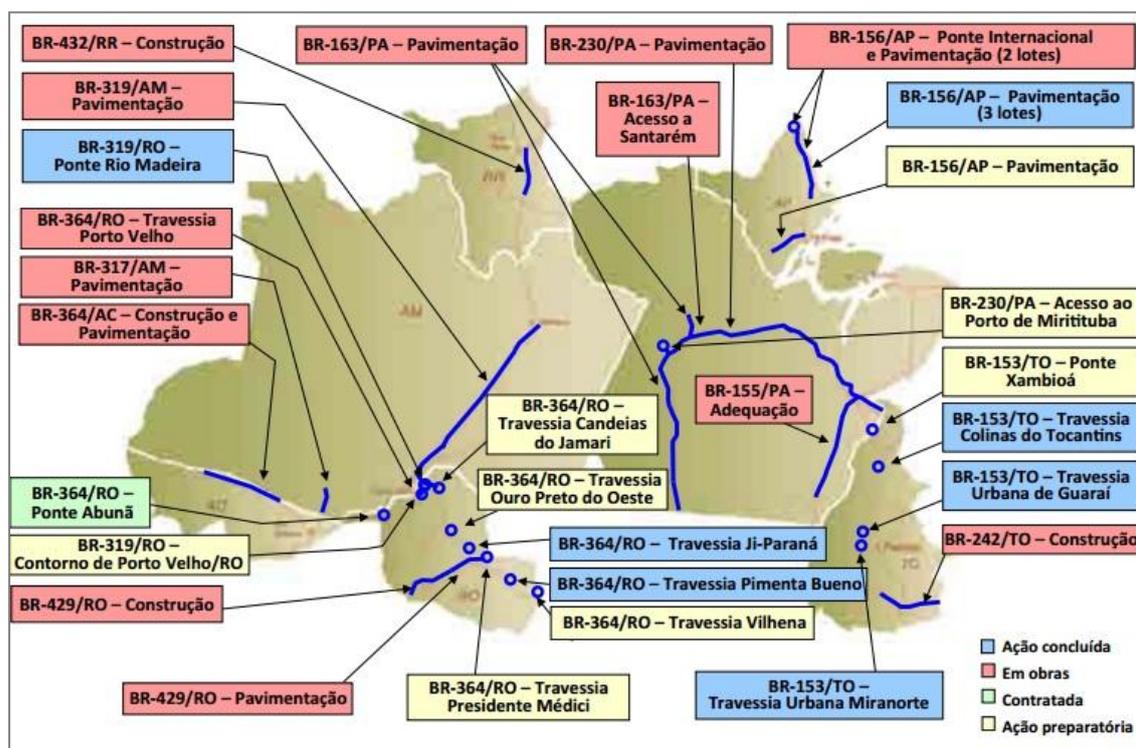
Figura 7: Distribuição geográficas das obras de logística do PAC na região norte 2007 - 2010



Fonte: Brasil (2007)

Apesar de atrasos nas obras e pela constante atualização no valor das mesmas, faz-se necessário analisar o que o Programa avançou em relação ao que foi planejado no início de 2007. A avaliação não se torna restrita ao que foi feito, mas no que esta política de planejamento evoluiu no sentido de integrar o país tanto no sentido Norte-Sul, quanto Leste-oeste. Dessa forma, contemplando um horizonte de aproximadamente oito anos, observando a Figura 8, houve progresso nos projetos logísticos em relação ao que foi planejado no seu lançamento.

Figura 8: Distribuição das obras de logística após oito anos de PAC



Fonte: Brasil (2014)

A avaliação do planejamento aqui proposto vai além da concretização ou não do que foi planejado, mas mostrar que o Estado brasileiro continua apostando na estratégia de integração e desenvolvimento regional que começou a ser implementada à época da Ditadura Militar. O saldo deste processo em termos de desperdícios e de caóticos impactos sociais e ambientais é bastante conhecido. Gerou fluxos migratórios e disputas por terras cujas conseqüências ainda se fazem sentir pela miséria, pelos conflitos, pelas invasões de áreas indígenas e de proteção ambiental, pelo desmatamento e pela exploração predatória dos recursos minerais e florestais (BECKER, 2001).

Todo este pretensão desenvolvimento é voltado para fora. Ou seja, é notório que a pavimentação das rodovias, tais como BR-319 e BR-163 são para resolver o gargalo estrutural no escoamento de produtos. No primeiro caso, a BR-319 servirá para transportar produtos da Zona Franca para os principais centros consumidores do país. No segundo caso, a BR-163 tem grande valia para escoar a produção de *commodities* do Centro-Oeste do país, absorvendo, por exemplo, a produção de soja que é exportada para outros países, desafogando portos como os de Paranaguá/PR e de Santos/SP.

O interesse pelo o desenvolvimento viário da região é potencializado, principalmente na região Nordeste e na Amazônia brasileira, visto que a soja tem se expandido rapidamente como resultado da combinação de preços, de subsídios governamentais indiretos, especialmente no que se refere a investimentos em infraestrutura de transporte e do papel da P&D, responsável pelo desenvolvimento de novas variedades de cultivares de soja, adaptadas às condições regionais (LIMA; MAY, 2005).

4.1.3 Infraestrutura Social e Urbana; Considerações Sobre PIB per capita e Renda

Geograficamente, o Norte e também o Nordeste seguem sendo regiões críticas devido à junção de pobreza, conflitos socioambientais e fraqueza institucional. As políticas adotadas no passado para o desenvolvimento regional na Amazônia têm favorecido projetos urbanos ou atividades que envolvem o uso de grandes extensões de terra. Os incentivos fiscais criados através do mecanismo FINOR, sob a gestão da SUDAM, por exemplo, beneficiaram investimentos industriais tradicionais (produtos de madeira, cerâmica, agroindústria, construção), as fábricas das montadoras eletrônicas na Zona Franca de Manaus, a pecuária bovina, a extração de madeira ou a pesca industrial (INPA, 1996).

O crescimento urbano nos mais diversos centros e municípios em que foram instalados grandes empreendimentos teve grande fluxo de migrantes, entretanto o Estado brasileiro não se adiantou no sentido de criar infraestrutura adequada nas cidades como saneamento básico, ampliação da distribuição de energia elétrica e moradias para famílias em situações mais vulneráveis. Diante disso, o PAC

estabeleceu investimentos de R\$11,9 bilhões no início de 2007 para a região (Tabela 11), representando aproximadamente 7% do total que foi planejado para todo o país.

Tabela 11: Previsão dos investimentos por região em obras sociais e urbanas PAC 2007-2010 (R\$ bilhões)

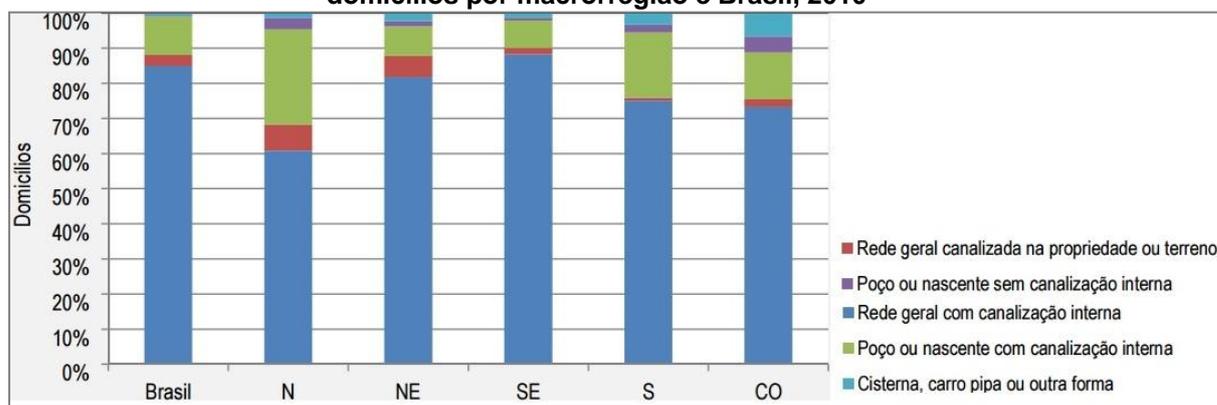
REGIÃO	SOCIAL E URBANO
Norte	11,9
Nordeste	43,7
Sudeste	41,8
Sul	14,3
Centro-Oeste	8,7
Nacional	50,4
TOTAL	170,8

Fonte: Brasil (2007). Elaborado pelo autor.

Na ausência de uma política direcionada para o desenvolvimento como um todo da região, o Estado brasileiro, por sua vez, volta-se para a questão de infraestrutura básica urbana. Os principais eixos de investimentos são voltados para saneamento básico, mobilidade urbana, ampliação da rede elétrica. Além disso, destacam-se o Programa Bolsa Família e Minha Casa Minha Vida.

Para moradores de baixa renda, investimentos em instalação de esgoto e ampliação de água encanada, por exemplo, já são grandes avanços que provem de uma atuação elementar do Estado na oferta de bens públicos. A distribuição proporcional entre as diversas práticas adotadas para obtenção de água em cada macrorregião do país é mostrada no gráfico 4, refletindo a defasagem da Região Norte em relação a outras:

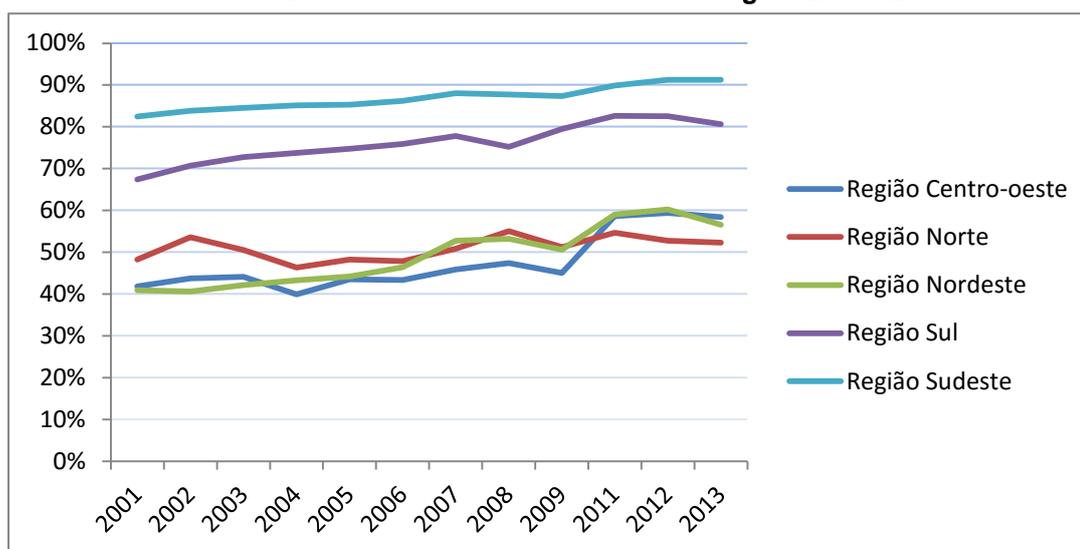
Gráfico 4: Soluções e práticas utilizadas para abastecimento de água em proporção de domicílios por macrorregião e Brasil, 2010



Fonte: Brasil, 2013

Da mesma forma, a porcentagem das pessoas que vivem em domicílios com acesso a instalações de esgoto, ou seja, que têm banheiro de uso exclusivo e com escoadouro conectado à rede coletora de esgoto ou pluvial ou a uma fossa séptica ligada ou não a uma rede coletora (Gráfico 5), permaneceu constante de 2001 a 2013, apresentado uma porcentagem de 48% de domicílios conectados em 2001 e 52% de domicílios conectados em 2013.

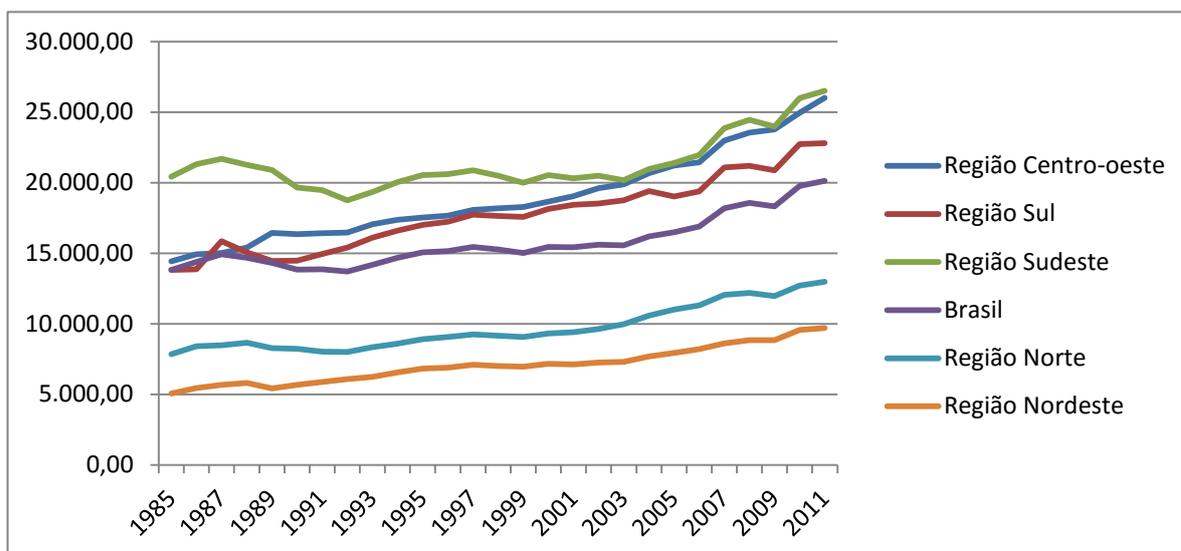
Gráfico 5: Domicílios conectados a rede de esgoto 2001 - 2013



Fonte: IPEADATA, 2015. Elaborado pelo autor.

Apesar dos problemas de infraestrutura básica nas cidades, a população da Região Norte, assim como as demais regiões do país, viveu um grande momento de prosperidade econômica durante os últimos anos. Os avanços sociais, tais como o Programa Bolsa Família, aumento real do salário mínimo, aumento na oferta de emprego trouxeram uma elevação na renda da família brasileira, bem como a ascensão social. O crescimento da renda, entretanto, tem um ponto de inflexão a partir do ano de 2003 quando analisamos a série do PIB per capita das cinco regiões brasileiras. Desde 1985, na série histórica abaixo (Gráfico 6), o comportamento da série nortista, assim como a nordestina, por outro lado, permaneceu abaixo da média brasileira.

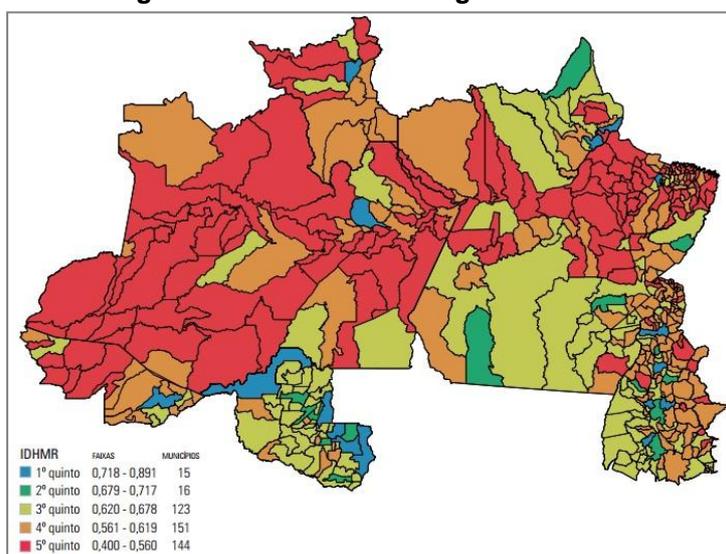
Gráfico 6: PIB per capita* por região 1985 - 2011



Fonte: IPEADATA, 2015. Elaborado pelo autor. * R\$ de 2010 (mil), Deflator Implícito do PIB nacional.

Mesmo após muitos anos de planejamento pelo Estado brasileiro em prol do crescimento econômico regional, o resultado dos indicadores econômicos sugere que houve crescimento, entretanto, está concentrado ao redor das regiões metropolitanas, conforme cálculo do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – Renda (IDHMR²⁰) representado na figura 9:

Figura 9: IDHM Renda – Região Norte – 2010



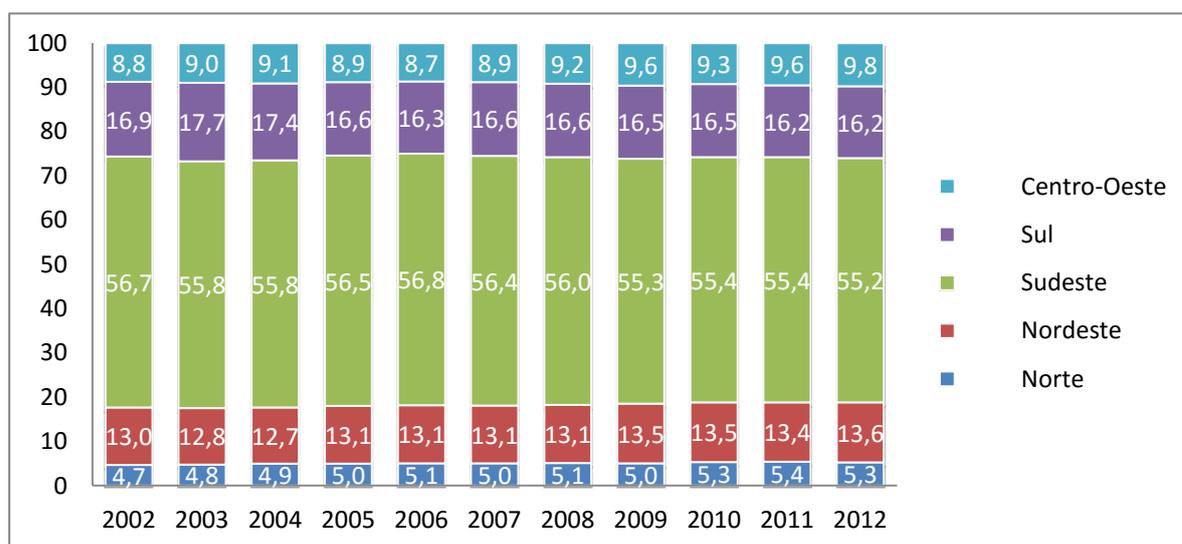
Fonte: IDHMB (2013)

²⁰ O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é uma medida composta de indicadores de três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda. O índice varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano. O IDHM é um índice composto que agrega 3 das mais importantes dimensões do desenvolvimento humano: a oportunidade de viver uma vida longa e saudável, de ter acesso ao conhecimento e ter um padrão de vida que garanta as necessidades básicas, representadas pela saúde, educação e renda. Nesse caso, temos o padrão de vida que é medido pela renda municipal per capita, ou seja, a renda média de cada residente de determinado município. É a soma da renda de todos os residentes, dividida pelo número de pessoas que moram no município - inclusive crianças e pessoas sem registro de renda. Os dados são do Censo Demográfico do IBGE.

Na Região Norte, somente 15 municípios estão no grupo dos municípios brasileiros com os maiores IDHM Renda, e outros 16 estão no segundo grupo. Os 93,1% municípios restantes encontram-se nos 3º, 4º e 5º quintos, conforme é possível observar pela figura 9. Os mais elevados IDHM Renda da Região Norte foram observados em Palmas/TO (0,789), Porto Velho/RO (0,764), Paraíso do Tocantins/TO (0,759) e Belém/PA (0,751). Vale destacar que apenas esses quatro municípios, entre os 449 municípios da Região Norte, apresentam IDHM Renda acima daquele encontrado para o país (0,739).

Por fim, em um olhar macroeconômico, a desigualdade intrarregional é reflexo das disparidades em termos nacionais, como demonstrado na participação das regiões no PIB brasileiro (Gráfico 7). Ou seja, a Região Norte tem a menor participação no produto interno e, da riqueza gerada dentro da região, ainda serve as regiões mais abastadas do país.

Gráfico 7: Participação regional no PIB 2002 - 2012 (%)



Fonte: IPEADATA, 2015. Elaborado pelo autor.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta monografia, apresentou-se um período abrangente das políticas, programas e agências criadas pelo Estado, assim como, demonstrou-se a sua importância para o crescimento e desenvolvimento da Região Norte do país. Para isso, dividiu-se em três: primeiramente, foi realizada uma revisão bibliográfica sobre a evolução do planejamento no país através dos diversos programas de governo proposto do Estado Novo até o II PND. Em seguida, foi descrito o papel das Superintendências desenvolvidas especificamente para a região. Na última etapa, verificou-se o avanço do atual programa de crescimento, focando na região em estudo.

Ao longo da pesquisa, constatou-se que o planejamento do Estado brasileiro teve uma política clara para o crescimento econômico da região, mas não de desenvolvimento. Tal crescimento, entretanto, foi à custa de incentivos fiscais, favorecimento de oligarquias regionais, concentrado e de baixo desenvolvimento social. O traçado das rodovias federais indicou a forma como a ocupação da região seria feita através da colonização, da construção de empreendimentos energéticos e minero-metalúrgico. Diante disto, conflitos entre moradores nativos, industriais, latifundiários, pecuaristas, agricultores, ambientalistas e órgãos governamentais instalaram-se na região.

Mesmo com a criação de diversas instituições para alavancar o crescimento da região, nota-se a ausência de políticas devidamente pensadas para o desenvolvimento econômico-social da região. O que se percebe, de fato, é que a Amazônia transformou-se em solução para diversos problemas enfrentados pelo país:

- (i) na primeira metade do século XX, contribuiu como fonte de divisas internacionais com a exportação de borracha e também recebeu milhares de migrantes fugindo da seca no Nordeste;
- (ii) a partir do governo de JK, a região passa a ser alvo de grandes projetos de integração, continuando como refúgio para migrantes nordestinos;
- (iii) através do II PND, a Amazônia torna-se fonte de grandes projetos hidroelétricos, além dos projetos de mineração. Com a abertura de rodovias, a pecuária extensiva e culturas como a soja passam a avançar cada vez mais;

Com o atual programa de governo, percebe-se que o PAC, em termos de políticas regionais, é uma continuação do projeto de crescimento planejado à época da Ditadura Militar que se sintetiza no avanço na exploração energética, mineral e na ampliação da infraestrutura logística para escoamento de *commodities* para o exterior.

A Amazônia tornou-se uma terra de oportunidade para grandes interesses nacionais e internacionais, mas sem uma orientação específica pelo Estado brasileiro de como seriam feitos tantos investimentos de modo que protegesse a região e fomentasse o desenvolvimento socioeconômico. A região, portanto, torna-se uma espécie de almoxarifado, no qual as riquezas estão sendo pessimamente gerenciadas pelo Estado devido a sua fraqueza institucional, inclinação aos desejos de interesses privados, renúncia fiscal em prol de indústria tradicional, ampliando problemas tais como a degradação ambiental, desigualdades regionais e sociais, sendo um reflexo do que é o Brasil atualmente. Cabe assinalar, por fim, que este processo de ausência de políticas de desenvolvimento, pelo menos no presente programa de crescimento, sugere o prosseguimento do atual estado de exploração não sustentável.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL. **Tarifas Residenciais Vigentes**. Brasília, 2015. Disponível em:

<<http://www.aneel.gov.br/area.cfm?idArea=493>>. Acesso em: 30 jul. 2015.

BANCO DA AMAZÔNIA - BASA. **Fundo Investimento da Amazônia**. Belém, 2015. Disponível em: <<http://www.bancoamazonia.com.br/index.php/finam-menu>>. Acesso em: 02 nov. 2015.

_____. **Relatório das aplicações de recursos de todas as fontes: exercício de 2014**. Belém, 2014.

_____. **Relatório das atividades desenvolvidas e dos resultados obtidos no 1º semestre de 2015**. Belém, 2015.

BECKER, B. K. Por que a participação tardia da Amazônia na formação econômica do Brasil?. In: ARAÚJO, T. P; WERNECK VIANNNA, S. T; MANGABEIRA JR. (Org.). **50 anos de Formação Econômica do Brasil**. Ensaios sobre a obra clássica de Celso Furtado. Rio de Janeiro: Editora do IPEA, 2009, v. 1, p. 54-82.

_____. Papel do Estado Brasileiro no Desenvolvimento da Amazônia. **Caderno de Debates**, Manaus, v. 4, p. 105-136, 2011.

_____. Revisão das políticas de ocupação amazônica: é possível identificar modelos para projetar cenários. **Parcerias Estratégicas**. Brasília, v. 12, p. 135-159, 2001.

BORGES, B. G. A Rodovia Belém-Brasília. **Revista Educação & Mudança**. São Paulo, n. 9/10, p.98-105, dez. 2002.

_____. A Rodovia Belém-Brasília. **Folha de Goiás**, Goiás, 21 abr. 1960.

BRASIL. **Decreto-lei nº 5044 de 04 de Dezembro de 1942**. Cria A Superintendência de Abastecimento do Vale Amazônico (SAVA). Rio de Janeiro, 31 dez. 1942.

Disponível em: <<https://www.diariodasleis.com.br/legislacao/federal/143820-cria-a-superintendencia-de-abastecimento-do-vale-amazonico-s-a-v-a-e-da-outras-providencias.html>>. Acesso em: 21 out. 2015.

_____. **Lei Nº 5.173, de 27 de Outubro de 1966**. Dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia; extingue a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), cria a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), e dá outras providências. Brasília, 27 out. 1966.

_____. **Lei Nº 7.827, de 27 de Setembro de 1989**. Regulamenta o art. 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO, e dá outras providências. Brasília, 1989.

_____. Ministério da Fazenda. **Programa de Aceleração do Crescimento 2007-2010**: apresentação para a Comissão de Assuntos Econômicos e de Infraestrutura do Senado Federal. Brasília, 2007a. Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br/divulgacao/publicacoes/plano-de-aceleracao-do-crescimento-pac/r130307.pdf>>. Acesso em: 11 nov. 2015.

_____. Ministério da Fazenda. . **Programa de Aceleração do Crescimento 2007 - 2010**. Brasília, 2007b. 82 slides, color. Disponível em: <http://www.fazenda.gov.br/divulgacao/publicacoes/plano-de-aceleracao-do-crescimento-pac/r220107_pac.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2015.

_____. Ministério das Cidades. **Plano Nacional de Saneamento Básico**. 2013. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/processos/AECBF8E2/Plansab_Versao_Consehos_Nacionais_020520131.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2015.

_____. Ministério de Minas e Energia. **Projeto RADAM**: Levantamento de Recursos Naturais. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1974b.

_____. Ministério do Planejamento Coordenação Geral. **Diretrizes de Governo – Programa Estratégico de Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1967.

_____. Ministério do Planejamento. **Sobre o PAC**. Brasília, 2015. Disponível em: <<http://www.planejamento.gov.br/assuntos/investimento-e-pac/sobre-o-pac>>. Acesso em: 11 nov. 2015.

_____. Portal Brasil. **Zona Franca de Manaus foi prorrogada até 2073**: Congresso Nacional promulgou emenda que prorroga os incentivos fiscais por mais 50 anos. Brasília, 2014. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2014/08/zona-franca-de-manaus-esta-oficialmente-prorrogada-ate-2073>>. Acesso em: 14 out. 2014.

_____. Presidência da República. **Plano de Metas**. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1956.

_____. Presidência da República. **Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social, 1963-1965**. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1962.

_____. Presidência da República. **I Plano Nacional de Desenvolvimento, 1972-1974**. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1971.

_____. Presidência da República. **II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-79)**. Brasília: Imprensa Oficial, 1974a.

_____. Secretaria de Imprensa e Porta-voz da Presidência da República. (Ed.). **Programa de Aceleração do Crescimento 2007 - 2010**. Brasília, 2007c. Disponível em: <http://download.uol.com.br/fernandorodrigues/PAC/pac_versaoparaimprensa.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2015.

BRASILEIRO, V. M. M. **Análise do trabalho desenvolvido pela SUDAM e pela SUFRAMA para o desenvolvimento da Amazônia**. Brasília: Câmara dos Deputados, fev/2002 .Nota Técnica.

BRITO, D. C.. A SUDAM e a crise institucional do desenvolvimento na Amazônia. **O Núcleo de Altos Estudos Amazônicos**, Belém, p.1-29, jul. 1998.

CAVALCANTE, L. R. **Políticas de desenvolvimento regional no Brasil: uma estimativa de custos**. Brasília: Núcleo de Estudos e Pesquisas/CONLEG/ Senado, set/2014. Disponível em: <www.senado.leg.br/estudos>. Acesso em: 2 set. 2014. (Texto para Discussão nº 154).

COSTA, M. P.. **O Parlamento e os soldados da borracha no limiar da 2ª Guerra Mundial**. Brasília, 2007. Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/543>>. Acesso em: 21 out. 2015.

INDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL BRASILEIRO – IDHMB. **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil 2013**. PNUD, IPEA, FJP. Brasília, 2013. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/arquivos/idhm-brasileiro-atlas-2013.pdf>>. Acesso em: 13 nov. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA –IBGE. **Cadastro de Municípios localizados na Amazônia Legal**. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/amazonialegal.shtm?c=2>>. Acesso em: 12 out. 2015.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS DA AMAZÔNIA - INPA. **Políticas públicas coerentes para uma Amazônia sustentável: o desafio da inovação e o Programa Piloto**. Manaus, 1996. Disponível em: <[http://philip.inpa.gov.br/publ_livres/1996/FOE politicas publicas port.pdf](http://philip.inpa.gov.br/publ_livres/1996/FOE_politicas_publicas_port.pdf)>. Acesso em: 15 abr. 2015.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEADATA. Dados Macroeconômicos e regionais. Disponível em: Acesso em 6 jul 2015.

LAGO, L. A. C. A retomada do crescimento e as distorções do “Milagre”. In: ABREU, M. P. (Org.). **A Ordem do Progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989**. Rio de Janeiro: Campus, 1989

LE MOS, C. F. Energia na Amazônia: caminho para o desenvolvimento ou aprofundamento da exclusão? In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS GRADUAÇÃO E PESQUISA EM AMBIENTE E SOCIEDADE, 2., 2004, Indaiatuba. **Anais...** São Paulo: ANPPAS, 2004.

LIMA, S. B; MAY, P. H.. A expansão da fronteira agrícola no sul do Amazonas e sua relação com o incremento do desmatamento nas áreas de cerrados e campos naturais. In: ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA ECOLÓGICA - ECOECO, 4, 2005, Brasília, DF. **Anais...** Brasília. 2005

LIRA, S. R. B.. **Morte e ressurreição da SUDAM: uma análise da decadência e extinção do padrão de planejamento regional na Amazônia**. 2005. 255 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2005.

FERREIRA, M. L. F. Estado Novo e ocupação da Amazônia: uma abordagem geopolítica. **Raízes**, Campina Grande, ano XVIII, n. 20, nov. 1999.

FERREIRA, M. N. C.; MENDES, F. A. T.. **Os Impactos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) sobre a Dinâmica Agrícola e Relações Sociais de Produção no Meio Rural Paraense**. Ensaios Selecionados sobre a Economia da Amazônia nos Anos 90. Belém: UNAMA, 2005, v. 1, p. 425-450.

_____;_____,. . Impactos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) sobre a Agricultura Paraense no Período de 1990 a 1999. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 41., 2003, Juiz de Fora. **Anais...** Brasília, DF: SOBER, 2003. 1 CD Rom.

FONSECA, P. C. D. ; MOREIRA, C. S . O projeto do Governo Goulart e o II PND: um Cotejo. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**. Uberlândia v. 33, p. 5-37, 2012.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. 34 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

RESENDE, G. M. **Avaliação dos Impactos Regionais do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte entre 2004 e 2010**. Rio de Janeiro: IPEA, 2014. (Texto para Discussão do IPEA, 1973).

RESENDE, G. M. et al. Fatos Recentes do Desenvolvimento Regional no Brasil. In: RESENDE, G. M. (Org.). **Avaliação de políticas públicas no Brasil: uma análise de seus impactos regionais** (Vol. 1). Rio de Janeiro: IPEA, 2014, v. 2, p. 25-90.

REZENDE, F.. **Planejamento no Brasil: auge, declínio e caminhos para a reconstrução**. Brasília, DF: CEPAL, p.7-65, 2009. (Textos Para Discussão Cepal IPEA)

GUIMARÃES, J. L. C.. **A perspectiva histórica da Amazônia**. [S.l.], 2010. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/artigos/a-perspectiva-historica-da-amazonia/41018/>>. Acesso em: 21 out. 2015.

JUNK, W. J.; MELLO, J. A. S. N.. Impactos ecológicos das represas hidrelétricas na bacia amazônica brasileira. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 4, n. 8, p. 126-143, 1990.

MAHAR, D. J. **Desenvolvimento econômico da Amazônia: uma análise das políticas governamentais**. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1978.

MARQUES, G. S. SPVEA: o Estado na crise do desenvolvimento regional amazônico (1953-1966). **Sociedade Brasileira de Economia e Política**, São Paulo, n. 34, p.163-198, fev. 2013.

MORAES, R. R.. **Um enfoque das teorias de desenvolvimento aplicado às políticas de financiamento na Amazônia: O caso do FNO**. Belém: UFPA, 2000. (Papers do NAEA/UFPA).

NASCIMENTO, L. R. C.; LIMA, J. P. R.. Incentivos fiscais (SUDAM e SUFRAMA) e a dinâmica industrial e agropecuariana Região Norte. **Análise Econômica**, Porto Alegre, v. 23, n. 43, p.63-95, mar. 2005.

OPERADOR NACIONAL DO SISTEMA ELÉTRICO - ONS. **Intercâmbio entre as Regiões**. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <http://www.ons.org.br/historico/intercambio_entre_regioes.aspx>. Acesso em: 14 out. 2014.

PONTE, Z. P. X. **Região Amazônica**: projeto de integração do Estado brasileiro e alteridade. Belém, 2008. Disponível em: <<http://www.naea.ufpa.br/siteNaea35/anais/html/geraCapa/FINAL/GT11-326-1324-20081126005035.pdf>>. Acesso em: 02 nov. 2015.

SILVA, L. I. L. **Discurso de Lula no lançamento do PAC**. Brasília, 2007. Disponível em: <<http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/leia-o-discurso-de-lula-no-lancamento-do-pac/>>. Acesso em: 11 nov. 2015.

SKIDMORE, T. E.. **Brasil**: de Castelo a Tancredo: 1964-1985. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA - SUDAM. **Histórico SUDAM**. Belém: SUDAM, 2015. Disponível em: <http://www.sudam.gov.br/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=2&Itemid=2>. Acesso em: 2 set. 2014.